

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRUNA QUEIROZ CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA  
DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO  
SOBRE A ATUAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA  
ENTRE 2011 E 2014**

**Porto Alegre**

**2023**

**BRUNA QUEIROZ CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA  
DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO  
SOBRE A ATUAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA  
ENTRE 2011 E 2014**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Tatiana Vargas Maia

**Porto Alegre**

**2023**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Bruna Queiroz  
A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA LEGITIMAÇÃO DA  
POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA  
COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE A ATUAÇÃO DO  
BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA ENTRE 2011  
E 2014 / Bruna Queiroz Carvalho. -- 2023.  
82 f.  
Orientador: Tatiana Vargas Maia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Política Externa. 2. Jornalismo. 3. Brasil. 4.  
Síria. 5. Responsabilidade ao Proteger. I. Maia,  
Tatiana Vargas, orient. II. Título.

**BRUNA QUEIROZ CARVALHO**

**A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA  
DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO  
SOBRE A ATUAÇÃO DO BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA  
ENTRE 2011 E 2014**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Tatiana Vargas Maia

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Tatiana Vargas Maia (Orientadora)

UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Pâmela Marconatto Marques

UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sílvia Regina Ferabolli

UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Eu sempre achei que os agradecimentos seriam a parte mais fácil de escrever, mas aqui estou eu sem saber como começar. Decidi, então, falar de Aracaju.

Aracaju tem o céu mais bonito que já vi, com um azul claro límpido e com a quantidade certa de nuvens. Independentemente da época do ano, o entardecer começa sempre na mesma faixa de horários, com um pôr do sol que sempre entrega beleza. De noite, ainda que tenha a iluminação da cidade, é possível ver algumas estrelas no céu sem grandes dificuldades, quase sempre acompanhadas de uma lua brilhante, que deixa saudades somente em época de lua nova. O céu de lá sempre me trouxe tranquilidade e uma sensação de casa. Quando me mudei definitivamente de Aracaju, o céu estava lindo, e pela janela do avião conseguia ver o encontro do azul do céu de meio dia com o azul do oceano, uma vista que ficou gravada na minha memória.

Já quando cheguei em Porto Alegre, só tinha temporal, que acompanhou boa parte do meu vôo, proporcionando turbulência, trovões e relâmpagos na última parte da viagem. Foi inevitável lembrar de quando passei um dia na cidade aos sete anos de idade e disse que o nome mais correto seria Porto Triste. Naquele momento, questionei muitas das decisões que me levaram até ali/aqui, e sabia que nem todas foram feitas racionalmente. O ânimo e o desespero de não saber o que iria acontecer estiveram comigo nas primeiras semanas, e ainda voltam de tempos em tempos. Agora, no entanto, fico feliz com minhas escolhas que me trouxeram até aqui e agradeço a todos que me apoiaram no processo.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Ana, e o meu pai, Marcelo. Sei que vocês tem orgulho do que propus a fazer, mas que também ficam tristes por não estar perto de vocês diariamente. De fato, tornou-se mais difícil estarmos juntos por mais de duas semanas e nos vermos pessoalmente mais de uma vez por semestre, e isso me dói também. Ainda assim, vocês nunca deixaram que a saudade me limitasse a ir atrás das minhas oportunidades e por isso eu sou eternamente grata. Muito pelo contrário, vocês sempre aceitaram minhas escolhas, me encorajaram e garantiram que eu me sentisse confortável para fazer isso. Obrigada por todo o amor, suporte, paciência e alegrias que vocês me proporcionam; pelas ligações, pelas visitas e pela presença de vocês de diferentes formas em Porto Alegre, provavelmente foram os momentos que mais me deram a sensação de casa aqui. Amo vocês mais do que vocês sabem!

Aos meus amigos aracajuanos, também agradeço por toda a nossa trajetória. Todos foram essenciais para mim, da sua maneira. As memórias que sempre guardarei em uma parte especial no meu coração – e no meu celular, para ver quando estou triste – me fazem perceber

que não mudamos tanto assim, continuamos tão idiotas quanto éramos quando adolescentes e não poderia ser diferente, afinal crescemos juntos e, apesar de tudo, continuamos juntos. É cada vez mais raro estarmos na mesma cidade e mais difícil ainda termos agendas compatíveis, mas continuamos os mesmos. Obrigada por serem vocês! Agradeço especialmente a Bel, para sempre minha pessoa; Aglaé; Dendê; Lorena, Muna; Thais; Vanessa; e Yasmin. Foram muitos surtos, risadas e conselhos juntas, seja presencialmente ou à distância, e sei que seguiremos assim.

Devo reconhecer que meus agradecimentos aos amigos gaúchos vão além da amizade, por terem me dado uma família e uma rede de suporte em terras tão diferentes como o Sul – podendo ser utilizados outros adjetivos. Vocês poderiam ter sido só colegas de faculdade e ficar por isso mesmo, mas vocês me acolheram e se tornaram essenciais para mim; sei que seguiremos juntos. Flor, você é indiscutivelmente minha dupla na faculdade e na vida, a pessoa que mais me viu reclamar, rir e “viver” em Porto Alegre; mesmo nos momentos que você não estava, eu imagino você na situação, porque para mim sempre estamos e estaremos juntas. Ju, a pessoa que talvez mais tenha me surpreendido durante os anos, eu não consigo acreditar que um dia eu tive medo de você e achava que você não gostava de mim; fico feliz que tudo mudou a tempo de sermos tão próximas e hoje te ter como uma das minhas pessoas favoritas, pois não consigo imaginar os últimos anos nem o futuro sem a sua companhia. Ana, Mari e Thales, estivemos juntos desde o início da faculdade, mas é inegável que nos aproximamos muito mais nos últimos anos e fico feliz por isso, pois todas nossas conversas profundas e aleatórias me fazem parar e pensar a sorte que tive vindo para cá no quesito amigos; ainda tenho que agradecer muito pelo apoio durante o TCC, desde a concepção à revisão dele, não teria sido o mesmo sem a ajuda de vocês. Mallet, Matheus, Nardin e Tiago, já passamos por situações estressantes e complicadas durante a graduação, mas que ainda assim tinha uma leveza por se tratar de nós; nunca deixei de amá-los e nunca vou, a presença de vocês na minha vida me faz rir e me sentir feliz de uma maneira única, obrigada por tudo. Clara e Lara, obrigada por continuarem minhas amigas apesar da troca constante de nomes, juro que não é intencional; tenho um amor enorme pelas duas, mesmo que Clara seja intolerante à lactose e Lara cinéfila... (risos) (mas sério amo muito vocês e todos os nossos momentos juntas). Agradeço também a Fran, Isa Carpentieri, Isa Marcon, Lu, Matheus e Raquel pela amizade.

Praticamente todas essas amizades vieram da universidade, a famosa UFRGS, que eu mal conseguia escrever a sigla certa no começo e se tornou tudo para mim em pouco tempo.

À Turma 15, sempre ficarei grata por ter entrado junto de vocês. Foram muitos momentos juntos e de apoio mútuo, que fizeram a diferença durante a graduação. Orgulho também por termos carregado o curso de Relações Internacionais desde 2018 até agora.

À Professora Tatiana, agradeço muito por ter aceitado ser minha orientadora, mesmo sem me conhecer. Todos os comentários e os incentivos foram fundamentais para a escrita deste TCC, e não consigo imaginar uma orientação melhor. Obrigada por lidar com todas as minhas dúvidas, sejam do texto ou das minhas capacidades, e por continuar comigo independentemente da minha demora em entregar os capítulos. Enfim, desculpa por qualquer coisa e obrigada por tudo!

Aos projetos de extensão, agradeço por permitirem me desenvolver dentro deles à mesma intensidade que me dediquei a cada um, reconheço a importância de todos na minha vida e para a sociedade. À Atlântica e aos atlantiquers com quem dividi essa difícil experiência (principalmente aqueles que participei junto na diretoria), pela experiência desafiante mas linda de termos conseguido deixá-la como gostaríamos que ela fosse quando entramos; ao BIS; ao UFRGSMUNDI; à Perspectiva; ao RIPE; e ao UFRGSMUN, responsável por alguns dos momentos e sentimentos mais complexos que já vivi na universidade, mas que também me proporcionou vínculos únicos com as pessoas envolvidas (principalmente com o secretariado); agradeço muita pela participação neles e parabênzo a todos que dão continuidade a esses e outros projetos – é o nosso dever como alunos da universidade pública de retornar conhecimento à sociedade, de todas as formas possíveis.

À República Federativa do Brasil e à sociedade brasileira, agradeço pela oportunidade de prover o ensino superior público, gratuito e de qualidade. Ainda que tenha muitos avanços a serem feitos para ampliar o acesso de todos, reconheço a importância das políticas públicas atuais que possibilitaram meus estudos. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas, agradeço pela gestão acadêmica e administrativa, cujo trabalho conjunto permitiu aos estudantes um ensino de qualidade.

Tudo isso posto, sou muito grata pela minha trajetória até aqui. Aracaju, minha família e meus amigos aracajuanos sempre estão no meu coração e sempre serão o início de tudo. Talvez Porto Alegre não seja meu destino final, mas me trouxe muitas pessoas e momentos importantes, que ganharam um espaço especial no meu coração e na memória do celular, e – com licença poética para ser brega por ser os meus agradecimentos do meu TCC – tornaram o céu de Porto Alegre um pouco mais bonito para mim, me transmitindo uma sensação de casa aqui também.

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar a interação entre os campos do Jornalismo e das Relações Internacionais, por meio do estudo de caso do discurso jornalístico adotado pela Folha de S. Paulo sobre a atuação brasileira no contexto da Guerra Civil da Síria entre 2011 e 2014. O objetivo é identificar se esse discurso jornalístico legitimou ou não a política externa brasileira, em particular a proposta do princípio da Responsabilidade ao Proteger. Nesse sentido, é apresentado o conflito sírio e a evolução da política externa brasileira no período delimitado para contextualizar a pesquisa. É utilizado como base teórica o construtivismo, aproximando ambos os campos ao considerar-se que o jornalismo contribui na formulação social da realidade que molda as relações internacionais; enquanto a metodologia utilizada é o método misto, combinando-se a análise quantitativa do total de notícias escritas por jornalistas da Folha, e a qualitativa, com a análise crítica do discurso das matérias selecionadas.

**Palavras chave:** Política Externa. Jornalismo. Mídia. Brasil. Síria. Responsabilidade ao Proteger.



## ABSTRACT

The present work proposes to analyze the interaction between the fields of Journalism and Foreign Affairs through a case study of the journalistic discourse adopted by Folha de S. Paulo about the Brazilian performance in the context of the Syrian Civil War between 2011 and 2014. The objective is to identify whether this journalistic discourse legitimated or not the Brazilian foreign policy, particularly the proposal of the principle of Responsibility while Protecting. In this sense, the Syrian conflict and the evolution of Brazilian foreign policy are presented in the defined period to contextualize the research. Constructivism is used as the theoretical basis, bringing both fields together by considering that journalism contributes to the social formulation of the reality that shapes international relations; the methodology used is the mixed method, combining the quantitative analysis of the total amount of news written by Folha's journalists, and the qualitative one, with the critical analysis of the discourse of the selected stories.

**Key words:** Foreign Policy. Journalism. Media. Brazil. Syria. Responsibility while Protecting.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução da Circulação Média Mensal (2011 a 2014) .....	24
Gráfico 2 – Evolução da Circulação Média Mensal Impressa e Digital (2014).....	26
Gráfico 3 – Especificação da publicação de notícias sobre a Guerra da Síria pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014 .....	57
Gráfico 4 – Comparação entre o total de notícias sobre a Guerra da Síria publicadas na Folha de S. Paulo e o total de notícias sobre a Guerra da Síria produzidas pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014 .....	58
Gráfico 5 – Total de notícias sobre a atuação do Brasil no contexto da Guerra da Síria produzidas pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014.....	59
Gráfico 6 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2011 .....	59
Gráfico 7 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2012.....	60
Gráfico 8 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2013 .....	60
Gráfico 9 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2014 .....	61
Quadro 1 – Possibilidades conceituais da diplomacia midiática.....	33
Tabela 1 - Notícias sobre política externa brasileira no contexto da Guerra Civil da Síria escritas pela Folha em julho de 2012 e de 2014 .....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(AGNU)	Assembleia Geral das Nações Unidas
(ASPA)	Cúpula América do Sul-Países Árabes
(BBC)	British Broadcasting Corporation
(CICV)	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
(CSNU)	Conselho de Segurança das Nações Unidas
(Daesh)	Estado Islâmico
(IBAS)	Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
(FSA)	Exército Livre da Síria
(MRE)	Ministério de Relações Exteriores
(NBC)	National Broadcasting Company
(OTAN)	Organização do Tratado do Atlântico Norte
(OMNA)	Oriente Médio e Norte da África
(ONU)	Organização das Nações Unidas
(PKK)	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
(RwP)	Responsabilidade ao Proteger
(R2P)	Responsabilidade de Proteger
(SDF)	Forças Democráticas da Síria
(SNC)	Forças Revolucionárias

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: O CONSTRUTIVISMO E O MÉTODO MISTO.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.1 TEORIA CONSTRUTIVISTA .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2 MÉTODO MISTO: ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>3 O PAPEL DO JORNALISMO NA POLÍTICA INTERNACIONAL.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.1 APOGEU E DECLÍNIO BRASILEIRO NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.2 ATUAÇÃO BRASILEIRA NA GUERRA DA SÍRIA..	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.2.1 Guerra Civil da Síria.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.2.2 O Princípio da Responsabilidade ao Proteger .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>5 ESTUDO DE CASO: A SÍRIA, O BRASIL E A FOLHA DE S. PAULO .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.2 ANÁLISE QUALITATIVA.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DE NOTÍCIAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DE DISCURSO ..... Error! Bookmark not defined.**

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 06 de março de 2011, quinze adolescentes foram presos por picharem “o povo quer a queda do regime” nas ruas de Daara, no sudoeste da Síria. Ao longo do ano, diversas manifestações populares a favor e contra o governo sírio de Bashar Al-Assad foram realizadas, com a escalada contínua da violência e a instauração de uma grave crise humanitária. No ano seguinte, especificamente em 14 de julho de 2012, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) definiu a situação na Síria como uma guerra civil – também chamada de conflito armado não internacional pelo direito internacional humanitário para definir circunstâncias nas quais grupos rivais domésticos têm capacidade de sustentar operações militares prolongadas com intensidade no tempo e no espaço de acordo com as leis da guerra (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2023; PLOFCHAN, 2014). Apesar da denominação, é perceptível a presença de atores internacionais distintos no confronto, possibilitando a continuidade da Guerra Civil da Síria e a transformação da mesma em uma complexa guerra por procuração<sup>1</sup>, que perdura até o ano deste trabalho, sem perspectivas concretas de negociação e resolução do conflito sírio (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022; PHILIPS, 2020). Um desses atores internacionais foi o Brasil.

No início do conflito em 2011, o Estado brasileiro dispunha de uma significativa relevância no sistema internacional, resultado da ampliação das relações diplomáticas do país. A partir dos pilares de respeito aos direitos humanos, do princípio de autodeterminação dos povos, da equidade entre as nações e da defesa da não-intervenção internacional, o Brasil atuou continuamente para efetivar uma maior democratização das relações internacionais na primeira década do século XXI. Essa atuação para estabelecer “uma nova relação de forças no plano global” (LULA, 2005 *apud* BARRETO, 2012, p. 18), com propostas multilaterais e autônomas voltadas para a diversificação das relações Sul-Sul e Norte-Sul do país, possibilitou a consolidação de uma imagem coletiva interna e externa de um Estado forte, com capacidades e valores reconhecidos no sistema. Essa identidade internacional, por sua vez, sustentou a aspiração por um papel de liderança tanto a nível regional quanto mundial, de modo que o Brasil atuou ativamente para melhorar sua posição relativa no sistema internacional (BARRETO, 2012).

---

<sup>1</sup> Guerras por procuração são definidas pela ocorrência de conflitos entre grupos internos de um mesmo Estado, os quais são apoiados cada um por países diferentes, rivais entre si. Assim, esses Estados não comprometem completamente suas forças militares em uma guerra direta, intervindo em guerras locais para a defesa dos seus respectivos interesses nacionais (RAUTA, 2021).

Com o início da guerra síria e a continuidade de tensões político-militares no Oriente Médio e Norte da África (OMNA), a atuação do Brasil foi realizada principalmente pela proposição de um novo princípio normativo internacional, a Responsabilidade ao Proteger (*Responsibility while protecting* - RwP). Esse conceito tinha como objetivo aprimorar casos em que a interferência estrangeira em determinado Estado fosse necessária pelo não cumprimento dos deveres estatais de proteção civil. Seu funcionamento se daria pelo cumprimento de uma lógica cronológica, na qual a intervenção externa seria autorizada somente após as negociações de acordos de paz estarem esgotadas e com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A justificativa dessa proposta era minimizar casos nos quais o interesse nacional de países interventores fosse priorizado em detrimento da missão original, voltada para a proteção da sociedade civil no país em conflito (BENNER, 2013). Após críticas de múltiplas potências internacionais em 2011 e 2012 e enfraquecimento da identidade internacional do Brasil a partir de 2013, frente às tensões políticas domésticas, a proposta da RwP não avançou no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o que foi iniciado como um posicionamento crítico e autônomo, que desafiava a intervenção estrangeira e dificultava a incorporação de guerras por procuração no conflito sírio, tornou-se uma proposta falha e esquecida (WACHHOLTZ, 2019).

Como apontado, há uma explicação mais direta para esse desfecho, que considera as críticas internacionais e o direcionamento da atuação política para o âmbito interno, porém esta monografia propõe observar como a apresentação da concepção coletiva da RwP pela mídia nacional induziu potencialmente a legitimação ou a deslegitimação dessa política externa. A finalidade é reconhecer o envolvimento de outros atores, minimizando o enfoque estadocêntrico e, assim, possibilitando uma análise de conjuntura mais ampla e complexa. Nesse sentido, propõe-se um diálogo entre o campo das Relações Internacionais e do Jornalismo para explorar a atuação da mídia como ator relevante no sistema internacional por meio da interação mídia-política externa.

O campo das Relações Internacionais ainda pode ser considerado em consolidação, tendo suas fundamentações e características em debate contínuo. Em particular, destaca-se aqui a discussão ontológica do “ser” e do “não ser” referente à definição dos atores das Relações Internacionais e a consideração de agentes não-estatais nas análises de conjuntura internacional. Com isso, indivíduos e organizações, assim como o âmbito interno como um todo, passaram a ter uma maior relevância nas Relações Internacionais, em uma tentativa de melhor entender o contexto e a dinâmica do sistema internacional. Esse processo de ampliação ontológica, no entanto, não é completamente uniforme, sendo relevante a contínua análise sobre os “novos”

atores internacionais (SCHMIDT, 2022). Um desenvolvimento fundamental nesse sentido foi a consolidação do construtivismo como teoria das Relações Internacionais. Resumidamente, essa base teórica propõe que o conhecimento e a realidade são socialmente construídos por processos intersubjetivos a partir da relação mútua do agente e da estrutura (ADLER, 2002). Assim, o construtivismo possibilita compreender como o jornalismo pode influenciar na política externa, sendo considerado que o discurso midiático apoia a formulação de identidades e interesses que irão moldar as relações internacionais, de acordo com as narrativas jornalísticas propostas.

Quando é apresentado e discutido o Jornalismo, há uma tendência a caracterizar o campo como neutro e imparcial, relacionando-o a um relato unicamente descritivo e expositivo de um fato. Essa tipificação impede o aprofundamento de análises sobre a atuação do Jornalismo, à medida que nega seu papel normativo na sociedade. Somente ao admitir o engajamento político e econômico da mídia com os fatos, pode-se observar a construção de uma determinada realidade, sendo importante assimilar como a mídia contextualiza como um evento ou como uma informação será recebido pela sociedade – positivamente ou negativamente, ou até mesmo de forma neutra (CARVALHO, 2008; THOMPSON, 1988). Esse processo se torna ainda mais relevante no âmbito externo, ao considerar que há menos contato entre um fato internacional e a percepção pública nacional. Por haver menor possibilidade de uma interação direta com eventos e informações ocorridas em/entre outros países, o jornalismo é visto como uma fonte precisa e primária dos acontecimentos do sistema internacional, de modo que a percepção pública sobre a política externa de um país é muito condicionada ao discurso midiático (SAID, 1981; THOMPSON, 1988).

Ainda que não seja possível mensurar com precisão a relação entre mídia e política externa, é possível realizar uma triangulação entre ambos, por meio da opinião pública. Dessa forma, ao moldar a realidade internacional que constitui a percepção pública, o jornalismo estrategicamente molda também a recepção da política externa, configurando o seu principal meio de atuação no sistema internacional (GILBOA, 2005). A consolidação da mídia enquanto ator internacional se deu com o desempenho da cobertura jornalística da Guerra do Golfo pela *Cable News Network* (CNN), com o estabelecimento do “Efeito CNN” nos estudos de Ciência Política e Comunicação e, posteriormente, com o desenvolvimento do “Efeito Al-Jazeera” como um processo contra-hegemônico (COBAN, 2016; GILBOA, 2005; SEIB, 2008). Desse modo, a ideia central deste trabalho é analisar a relação entre a mídia e as relações internacionais, com a proposta de estudo de caso do jornalismo e política externa brasileira durante a Guerra Civil da Síria.



Para tanto, a questão norteadora é a seguinte: considerando a proposta do Brasil de estabelecer o princípio da Responsabilidade ao Proteger (RwP) no sistema ONU, no contexto da Guerra Civil da Síria, o jornalismo nacional favoreceu a consolidação da política externa autônoma entre 2011 e 2014? O objetivo principal é analisar como o jornalismo nacional relatou a proposta brasileira de institucionalizar uma nova norma de intervenção internacional durante o conflito sírio, para entender se houve um direcionamento para a legitimação ou deslegitimação da política externa brasileira referente a esse conflito. Como objetivos específicos tem-se o estudo sobre a interação mídia-política externa; o reconhecimento da proposta “Responsabilidade ao Proteger” como principal política externa brasileira no período de 2011 e 2014 no contexto da Guerra Civil da Síria e da política externa ativa e altiva; e por fim, a análise da abordagem da atuação do Brasil pela mídia nacional.

A hipótese é que o jornalismo brasileiro pouco repercutiu a proposição brasileira da Responsabilidade ao Proteger, e quando o fez, desqualificou a política externa autônoma, influenciando a deslegitimação da proposição brasileira, estando mais alinhado com o Norte global. Para esse estudo, foi utilizado a metodologia mista, utilizando-se o método quantitativo e o qualitativo, por entender que a combinação de ambos proporciona um melhor desenvolvimento e resultados mais apurados. Sobre a análise quantitativa, é avaliado o total de notícias escritas por jornalistas da Folha de S. Paulo sobre a participação do Brasil no conflito sírio, com o intuito de observar quanto o tópico foi relevante no jornal. Já a análise qualitativa explora o discurso jornalístico das matérias publicadas nos meses de maior e menor publicações sobre o tópico por meio da análise crítica do discurso, que envolve a análise de elementos textuais e a pesquisa contextual de cada reportagem. Por outro lado, a base teórica que orienta o estudo é o construtivismo, que permite uma aproximação entre os campos de Jornalismo e Relações Internacionais devido à sua perspectiva de construção social das relações internacionais.

Pelos limites de espaço e de tempo para a realização deste trabalho, foi utilizada somente a Folha de S. Paulo no estudo de caso. Ainda que sejam reconhecidas as limitações dos resultados e das conclusões, uma vez que a própria identidade dos jornais brasileiros afeta o discurso jornalístico proposto, foi optado por fazer dessa forma para garantir uma análise qualitativa mais profunda. A escolha pela Folha de S. Paulo se deu pelo seu escopo, mas principalmente pelo seu alcance impresso e digital entre 2011 e 2014. Conforme dados expostos no capítulo 2, a Folha de S. Paulo é o jornal brasileiro com maior circulação no país e por esse motivo pode ser considerado o mais influente.

O trabalho pode ser justificado pela importância de compreender as estratégias e os interesses envolvidos nos discursos jornalísticos e a sua influência na formação da percepção pública. Como notado anteriormente, o entendimento do Jornalismo como um agente internacional vem de considerações relativamente recentes sobre o campo de Relações Internacionais, sendo ainda necessário expandir a relação entre os o discurso jornalístico, a imagem coletiva e as práticas de relações internacionais. Mesmo na literatura existente, há poucos estudos específicos da análise de conjuntura internacional envolvendo o Brasil, sendo fundamental o desenvolvimento de perspectivas voltadas para o país. Para além do estudo acadêmico, há também um interesse pessoal em analisar a recepção de eventos internacionais por pessoas que não possuem ou têm pouco contato com os estudos das Relações Internacionais. A escolha pela Guerra da Síria em específico se dá pelo período histórico do fato (2011-presente), havendo um certo distanciamento temporal do recorte temporal que possibilita a existência de fontes confiáveis sobre o conflito e diferentes frentes sociopolíticas e militares. Ainda, o tema continua pertinente e impactante, havendo também uma contínua relação entre o conflito e os meios de comunicação. Já a delimitação histórica do trabalho se dá pelo paralelo entre o clímax do conflito sírio e das mudanças da política externa brasileira, cuja imagem coletiva foi deteriorada no sistema internacional, diminuindo a autonomia e a proatividade da sua atuação externa.

A presente monografia é dividida em mais quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, é apresentada uma breve descrição da teoria construtivista e do método misto, os quais serão utilizados como base da pesquisa. Em seguida, no capítulo três, é aprofundada a relação entre jornalismo e relações internacionais, com a finalidade de discutir a importância do discurso jornalístico e da diplomacia midiática no reconhecimento e direcionamento da política externa, aspecto fundamental para a composição deste trabalho. Já o quarto capítulo apresenta o resumo histórico da política externa brasileira, desde a redemocratização, quando os pilares atuais da política internacional do Brasil foram consolidados, até 2014, dentro do recorte temporal proposto. No mesmo capítulo, é abordado também o estabelecimento da Guerra Civil da Síria, sendo evidenciada a dimensão local, regional e global do conflito. O quinto capítulo compõe de fato a pesquisa quanti-qualitativa proposta, com a demonstração dos dados quantitativos na primeira seção, enquanto na seção seguinte é realizado o estudo qualitativo, por meio da análise crítica de discurso. Por fim, os últimos apontamentos são realizados nas considerações finais deste trabalho.

## **2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: O CONSTRUTIVISMO E O MÉTODO MISTO**

Com base no exposto na introdução, entende-se a importância de ressaltar nesta pesquisa a composição da realidade, sendo utilizado como aporte teórico o construtivismo. Assim, a primeira seção irá abordar os principais pontos da teoria construtivista, contrapondo-a com teorias tradicionais das Relações Internacionais, com o intuito de destacar as particularidades do construtivismo que permitem analisar a mídia jornalística como um ator internacional, ao considerar que a formulação de concepções sobre o sistema internacional é um resultado das narrativas relativas às identidades e aos interesses nacionais. Em outras palavras, é possível entender que as notícias, muito além de informar, também são discursos que moldam as perspectivas sobre os Estados e suas políticas externas a partir dos pontos discutidos na teoria construtivista.

Ainda, propõe-se uma abordagem mista nesse trabalho, seguindo o argumento de Sidney Tarrow (2010), que considera a combinação de métodos quantitativos e qualitativos uma possibilidade de tornar pesquisas de ciências sociais e humanas mais rigorosas de acordo com as ferramentas e as lógicas internas de cada uma para aprofundar o objeto de estudo. A análise quantitativa faz referência à retratação da atuação brasileira no contexto da Guerra Civil da Síria pelo jornal Folha de São Paulo entre 2011 e 2014. A partir dos resultados quantitativos, é feito um estudo qualitativo por meio da análise crítica de discursos, enfatizando publicações realizadas nos períodos de maior e menor repercussão. Os dados são apresentados e avaliados no quinto capítulo, após o estudo da relação entre política externa e jornalismo no terceiro capítulo e na contextualização do estudo de caso no quarto capítulo.

### **2.1 TEORIA CONSTRUTIVISTA**

À medida que o campo das Relações Internacionais foi sendo consolidado, evidenciou-se diferentes debates ontológicos sobre a natureza dos estudos do sistema internacional. Esses debates abordam o desenvolvimento da soberania estatal e a interação com outras esferas de análise; explorando as relações entre poder, conhecimento e identidades, contrastando teorias positivistas com teorias pós-positivistas. Um importante ponto de divergência entre as vertentes teóricas se dá nas suas premissas: enquanto estas emergem do entendimento histórico e social das interações internacionais, aquelas presumem um determinado comportamento racional

específico, definido pela anarquia internacional (JACKSON; SØRENSEN, 2013; SCHMIDT, 2002).

O primeiro grande debate teórico concerne justamente a este último ponto, com uma discussão sobre os efeitos da anarquia nas Relações Internacionais conforme as perspectivas positivistas. O realismo enfatiza a natureza humana, que sempre deve ser caracterizada como egoísta, como base das interações entre as nações, de modo que sempre haverá uma disputa pelo poder para garantir o interesse nacional, havendo iminência constante de guerra devido à conjuntura anárquica. Para a teoria realista, o Estado é um ator unitário e racional, que age em defesa do seu respectivo interesse nacional com atos de custos mínimos e benefícios máximos no sistema internacional. Já na perspectiva liberal, o Estado é visto como uma necessidade dúbia, pois ao mesmo tempo que protege a sociedade, também pode estabelecer tirania e guerras. O liberalismo defende que para mitigar esses aspectos negativos, deve-se promover as instituições democráticas e o livre-comércio no sistema internacional, que se tornaria mais cooperativo e harmônico, conforme os princípios morais e políticos que moldam a razão humana. Desse modo, o debate consiste resumidamente em se o sistema anárquico resulta no confronto ou na cooperação de interesses nacionais, perspectivas do realismo ou do liberalismo, respectivamente (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Com um pouco menos de destaque no campo, o segundo grande debate refere-se às abordagens tradicionalistas e as behavioristas. A maior adesão de pesquisadores ao estudo das Relações Internacionais desencadeou métodos mais exatos, com base no cientificismo para estabelecer leis das relações internacionais, sem considerar aspectos subjetivos. Isso se contrapõe à abordagem holista, característica do tradicionalismo, que pondera sobre o caráter normativo baseado no conhecimento histórico e humanista. O maior efeito dessa discussão se dá na reformulação do realismo e do liberalismo a partir do behaviorismo, gerando o terceiro grande debate entre neorrealistas e neoliberais (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

O neorrealismo se dá na perspectiva do estruturalismo, sendo que a busca do poder e da segurança é vista como intrínseca à estrutura do sistema internacional, definida pelo princípio ordenador (anarquia e hierarquia, ressaltando-se que a autonomia soberana dos Estados desencadeia o anarquismo), pelo modo de divisão do trabalho e pela distribuição de capacidades (bipolaridade e multipolaridade). A partir desses fatores, a estrutura irá constranger e orientar a ação das nações, considerando-se ainda três níveis de imagem (do indivíduo, do Estado e do sistema internacional), para explicar os padrões de continuidades e de mudanças no poder relativo. O neoliberalismo ainda incorpora a importância das instituições democráticas liberais para o progresso e cooperação no sistema internacional, porém destacando a correlação

entre a segurança e o desempenho econômico. Há ainda a constatação que as identidades nacionais, os valores morais e as transações mútuas são insuficientes para estabelecer padrões de relacionamentos harmônicos. Assim, os Estados devem racionalmente mudar o ambiente de desconfiança para calcularem melhor suas oportunidades e garantirem o interesse nacional mais eficazmente. Em suma, questiona-se se as nações atuam de acordo com a estrutura ou com o processo, conforme o neorealismo e o neoliberalismo respectivamente (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

O desenvolvimento dessas discussões teórico-metodológicas também apoiaram a formulação e ampliação de novas abordagens, configurando o quarto grande debate do campo. As teorias consagradas, fundamentadas no positivismo e discutidas nos parágrafos anteriores, tiveram seus respectivos pontos fracos ressaltados, principalmente aqueles relacionados à conduta estatal diante do princípio ordenador anárquico. Dessa forma, houve a emergência de teorias, metodologias e temas pós-positivistas no campo das Relações Internacionais, com o intuito de compreender melhor as normas e as instituições a partir das quais agem os Estados (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

A teoria construtivista, em específico, ganha relevância no final do século XX pela abordagem da construção social do conhecimento e da realidade. As relações exteriores estariam pautadas por estruturas e processos intersubjetivos, cujos significados seriam coletivamente estabelecidos, de acordo com as experiências de cada grupo social. O sistema internacional, portanto, não estaria pré-determinado a um tipo ou padrão de relacionamento, sendo de fato um produto da interpretação das interações entre o conhecimento e o mundo material, tanto do âmbito interno quanto externo (ADLER, 2002; WENDT, 1992).

Por isso, é a partir do construtivismo que é possível considerar que o jornalismo pode influenciar na política externa, de acordo com as narrativas jornalísticas propostas. A base do construtivismo é justamente o caráter construído da política internacional, que implica em uma dependência mútua do objeto e da linguagem, em que ambos os aspectos se influenciam e se modificam. Essa meta-relação propõe um debate sobre o papel do conhecimento e dos agentes do conhecimento na formação da realidade, na qual o discurso estabelecido reflete e constrói as normas e as regras que irão moldar o mundo social, e por consequência, as interações entre os países, sendo considerada também a emergência de atores não governamentais na política internacional. Desse modo, a pesquisa construtivista das relações internacionais deve ter fundamentações ontológicas e epistemológicas sólidas para entender e explicar a realidade social (ADLER, 2002).

Nesse sentido, delinea-se quatro aspectos principais da teoria construtivista: a alternativa ao materialismo<sup>2</sup>; a construção dos interesses nacionais; a co-constituição das estruturas e do agente; e a múltipla lógica da anarquia. Por ter como princípio geral a noção de que a realidade é socialmente construída, a teoria construtivista estabelece que as ideias são intersubjetivas e institucionalizadas, ou seja, são compartilhadas por um coletivo que as expressa por práticas e identidades, significando e reproduzindo a realidade a partir disso. A ação é formada pelos conhecimentos coletivos, procedente de um sistema de significados de uma determinada sociedade, enfatizando-se o contexto social e histórico. Assim, o construtivismo se apresenta como uma alternativa ao materialismo por entender que as forças materiais não determinam obrigatoriamente um único padrão de comportamento e de interação internacional, já que os conceitos sociais acerca dos objetos podem variar entre diferentes grupos e/ou momentos (HURD, 2008).

Ao analisar o interesse nacional de um Estado, o construtivismo parte da noção de que o interesse é uma ideia construída socialmente, formado pela interpretação subjetiva do mundo material e direcionado para este (ADLER, 2002). Em outras palavras, as identidades dos atores internacionais são moldadas pela vivência coletiva – seja pela socialização, pelo imperativo de normas e pela sobreposição de comportamentos – influenciando na definição do interesse nacional. É importante frisar a co-constituição desse processo: ao mesmo tempo em que os agentes podem influenciar as estruturas, essas podem condicionar o agente (HURD, 2008). Como posto por Hurd (2008, p. 304, tradução nossa<sup>3</sup>) “[...] as ações dos Estados contribuem na construção das instituições e das normas da vida internacional, e essas instituições e normas contribuem na definição, na socialização e na influência de Estados. Ambas as instituições e os atores podem ser redefinidos no processo”.

Por fim, o último ponto crucial do construtivismo é referente à percepção da anarquia no sistema internacional. Para construtivistas, há um espectro anárquico no sistema internacional, que estabelece relações de alianças, neutralidades ou rivalidades, contudo, a anarquia por si só não determina o comportamento estatal (HURD, 2008; WENDT, 1992). Por isso é importante a compreensão das regras, ideologias e discursos que permeiam os agentes e a estrutura do sistema internacional – esses são os fatores primordiais na significação e

---

<sup>2</sup> O materialismo nas Relações Internacionais pode ser entendido como o enfoque nas posses materiais de um Estado, que influencia a sua posição no sistema internacional e o seu comportamento. É um aspecto-chave das teorias tradicionais da área, como o realismo e o liberalismo (HURD, 2008).

<sup>3</sup> No original: “the actions of states contribute to making the institutions and norms of international life, and these institutions and norms contribute to defining, socializing, and influencing states. Both the institutions and the actors can be redefined in the process” (HURD, 2008, p. 304).

construção da realidade social, uma vez que a análise deles permite explorar como uma ideia e/ou uma ação é fundamentada. Como afirma Adler (2002, p. 137, tradução nossa<sup>4</sup>), “construtivistas de todos os tipos não estão interessados em como as coisas são, mas em como as coisas se tornaram o que são”.

Com base nos pontos expostos, é possível afirmar que o construtivismo possibilita explicar a formulação de identidades e interesses que irão moldar os processos das relações internacionais. Em vez de considerar esses elementos como dados e inflexíveis, é possível entendê-los como uma concepção intersubjetiva, sendo resultado das próprias interações entre e dentro dos Estados. Assim, há uma “conciliação” entre as vertentes positivistas e pós-positivistas, no qual as proposições do estruturalismo e do institucionalismo não devem ser consideradas exógenas, uma vez que envolvem tanto processos behavioristas quanto cognitivos, que formam as competências e expectativas que irão orientar a ação estatal. Um importante mecanismo é, então, o reforço e a continuidade de práticas, que irão consolidar significados recíprocos, nos quais as identidades e interesses são estabelecidos (WENDT, 1992).

Em relação à unidade de análise, não há uma imposição de qual nível seria mais importante, visto a co-constituição do ator e da estrutura; assim, diferentemente das teorias positivistas que determinam o estado-centrismo, a teoria construtivista defende uma separação analítica do indivíduo, do Estado e do sistema, sempre estabelecendo o que foi tido como premissa e o que foi de fato analisado. Ainda em contraste com o positivismo, é discutida a neutralidade da análise da construção social, defendendo-se a indispensabilidade do reconhecimento de estruturas de poder e da necessidade de identificá-las e interpretá-las durante a pesquisa (HURD, 2008).

Neste trabalho, a perspectiva construtivista serve como base do estudo ao possibilitar a proposição de que o jornalismo, ao buscar moldar a percepção coletiva a eventos internacionais por meio da parcialidade jornalística, é um fator relevante na legitimação e formação da política externa – conforme discutido no capítulo seguinte. Entende-se que as identidades e os interesses dos atores são formulados a partir de conhecimento coletivo, e são efetivadas e alteradas de acordo com as narrativas, sendo contestado a objetividade e o determinismo de abordagens clássicas. Ainda, há o reconhecimento de atores não convencionais na política internacional, envolvendo agentes dos setores da comunicação, de instituições internacionais e transnacionais, sem que haja uma negação completa das teorias

---

<sup>4</sup> No original: “[...] constructivists of all types are not interested in how things are but in how they became what they are” (ADLER, 2002, p. 127).

consagradas. O que ocorre é uma articulação entre o racionalismo e as narrativas, que são vistas como uma ação política que produz continuamente a realidade e, por conseguinte, as concepções que orientam as relações internacionais (JACKSON; SØRENSEN, 2013; WENDT, 1992). Nesse sentido, a teoria construtivista possibilita analisar como os discursos dos atores afetam as relações internacionais, o que vai ser utilizado aqui para verificar se a mídia brasileira apoiou a tentativa de estabelecimento de uma política externa autônoma, especificamente a Responsabilidade ao Proteger.

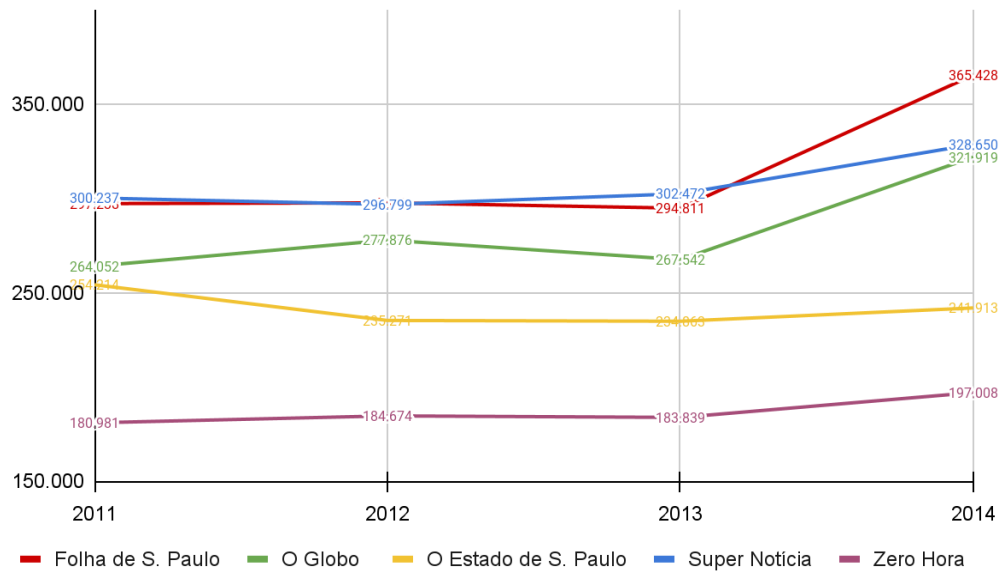
As características e os efeitos da relação entre política externa e a mídia são exploradas no terceiro capítulo, enquanto a análise sobre o discurso do jornalismo nacional sobre a atuação brasileira na Guerra da Síria é contextualizada no capítulo quatro e analisada no capítulo quinto. A metodologia aplicada para esse fim é detalhada na próxima seção.

## 2.2 MÉTODO MISTO: ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA

Pode-se argumentar que o jornalismo constrói a realidade tanto na ênfase concedida a um tema quanto na forma de interpretá-lo, visto que ambos contribuem em como um assunto é recebido e interpretado pela sociedade. Assim, é mister uma análise desses aspectos, tendo sido escolhido para esse fim o método quanti-qualitativo. Neste trabalho, o estudo quantitativo é feito pela identificação de notícias sobre a Guerra da Síria a cada ano, entre 2011 e 2014, e, posteriormente, a identificação de quantas dessas notícias tratam sobre a atuação brasileira, especificamente sobre a Responsabilidade ao Proteger. Pela impossibilidade de detalhar amplamente a retratação jornalística da política externa brasileira durante o contexto indicado, foi delimitado o jornal Folha de S. Paulo como objeto de estudo, devido ao seu escopo e sua alta circulação digital e impressa na época, conforme demonstrado no Gráfico 1. Ainda considerando limitações de espaço e de tempo, a análise qualitativa é feita sobre notícias publicadas nos meses de maior e de menor publicações sobre a política externa brasileira no contexto definido, por meio da análise crítica de discurso a fim de avaliar as diferenças na narrativa conforme diferentes contextos nacionais e internacionais. Para garantir o acesso a todas as publicações, foi feita a assinatura da Folha durante o período de escrita deste trabalho.



Gráfico 1 – Evolução da Circulação Média Mensal (2011 a 2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO *apud* CIRCULAÇÃO..., 2012; COUTINHO, 2013; BELÉM, 2014; DIGITAL..., 2020.

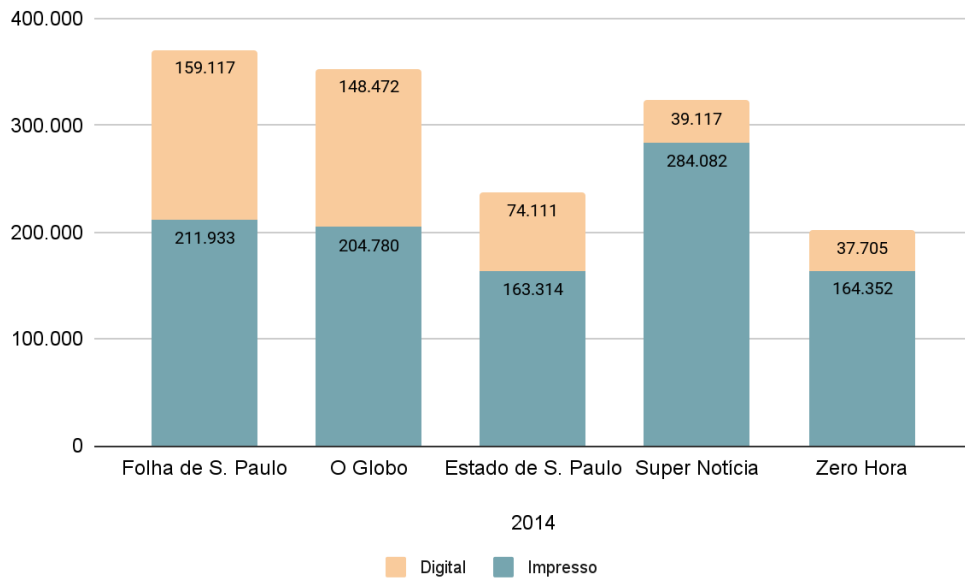
É importante realçar a dificuldade em apurar o alcance real de circulação – tanto impressa quanto digital –, visto que o Instituto Verificador de Comunicação, responsável pela auditoria de jornais no Brasil, não divulga publicamente os resultados, de forma que as informações não são expostas de forma metódica. O Gráfico 1 reúne os dados de circulação dos maiores jornais nacionais especificamente entre os anos 2011 e 2014, período delimitado da pesquisa, demonstrando a ampla abrangência da Folha comparado aos demais. O veículo que mais se aproxima no alcance, Super Notícia, tem como principal escopo notícias de política nacional e de esporte, não abordando diretamente política externa e, por isso, não foi escolhido para análise neste trabalho.

Cabe mencionar brevemente a história e as tendências da rede de notícias escolhida. A fundação da Folha de S. Paulo em 1921, na época denominada de Folha da Noite, esteve fortemente atrelada ao caráter elitista e ao posicionamento conservador do principal jornal da cidade de São Paulo no momento (O Estado de S. Paulo). Desse modo, o projeto original tinha como público-alvo a classe operária e propunha uma abordagem mais descritiva do que opinativa. Entre 1930 e 1960, entretanto, eventuais mudanças na direção do jornal o levaram a se aproximar de interesses tradicionais e a direcionar o jornal à classe média urbana, além de apoiar o estabelecimento da Ditadura Militar em 1964. Em meados da década de 1970, a Folha passou a conduzir debates políticos nos seus editoriais, a fim de refletir o aumento da desaprovação da sociedade ao Governo Militar, propagando o pluralismo e o conteúdo crítico

e apartidário no jornal (DA CRIAÇÃO..., 2016; PILAGALLO, 2012). O discurso pluralista é oficializado pelo Manual da Redação de 1984 e mantido pelo jornal até os dias atuais, que se autodefine como um “veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo firme compromisso com a defesa da democracia” (FOLHA DE S. PAULO, 2022c, s.p.).

Um ponto de destaque na história do periódico se dá no desenvolvimento de um dos principais conglomerados brasileiros de mídia e de comunicação, que sucedeu o crescimento do periódico. É importante frisar que ocorreu um processo inovativo na imprensa brasileira como um todo entre 1950 e 1960, mas que houve também um favorecimento na ampliação de ganhos empresariais pelo estabelecimento de vínculo entre o jornal e o governo militar, principalmente entre 1960 e 1970. Com o fortalecimento econômico desse período e a consolidação de discursos em prol da objetividade jornalística, a Folha garantiu uma certa estabilidade para estabelecer e ampliar seus conglomerados midiáticos, mesmo após o fim do regime militar (DIAS, 2019; PILAGALLO, 2012). Atualmente, o Grupo Folha controla o jornal Folha de S. Paulo, o instituto de pesquisa Datafolha e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, além de outros negócios (FOLHA DE S. PAULO, 2022a).

Essa trajetória também permitiu uma boa adaptação do jornal à era digital, mantendo-se relevante na sociedade brasileira. Desde a década de 1980, a Folha configura anualmente a lista de veículos com as maiores assinaturas pagas no país, posição mantida com o avanço da digitalização (DIAS, 2019; PILAGALLO, 2012). Aponta-se ainda que foi encontrada a diferença entre o alcance impresso e o digital somente em 2014, ainda que o jornal possua versão online desde 1995. No Gráfico 2, é possível perceber a relativa estabilidade entre leitores da versão impressa e da digital na Folha de S. Paulo, facilitada pelo processo de modernização e pela diversificação dos negócios mencionados anteriormente. Há a necessidade de ressaltar que está sendo considerado somente o acesso pago, sendo que o jornal utiliza o modelo *paywall* poroso no *site*, que permite acesso às notícias *online* até um certo limite de textos (FOLHA DE S. PAULO, 2022b).

**Gráfico 2 – Evolução da Circulação Média Mensal Impressa e Digital (2014)**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO *apud* DIGITAL, 2020.

Ainda, é adequado aprofundar a aplicação da análise crítica do discurso especificamente no jornalismo, considerando-se a necessidade de uma consolidação do quadro analítico para o estudo do poder midiático. O papel do jornalismo na formulação da realidade, por meio das narrativas expostas nas notícias, é melhor detalhado no capítulo seguinte. Isso se dá pela argumentação de que a mídia produz e reproduz significados sociais, pois apesar de assumir um aspecto imparcial e neutro, acaba exprimindo valores e normas sociais – ou intencionalmente ou ocasionalmente. A análise textual deve então considerar que o discurso midiático envolve um diálogo que depende dos emissores, dos receptores e, principalmente, do contexto, de modo que a pesquisa deve ser orientada pelo problema, combinando diferentes ferramentas e níveis de abordagem (WODAK; BUSCH, 2004).

Anabela Carvalho (2008) sugere uma análise de discurso sensível ao tempo, assim como uma perspectiva “histórica-diacrônica” e “comparativa-sincrônica”, para uma melhor compreensão do contexto e dos efeitos concretos e abstratos, que são aplicados neste trabalho com algumas adaptações. De acordo com a autora, deve-se fazer um estudo da dimensão textual do discurso midiático, observando o *layout* e a organização estrutural; os objetos; os atores; a linguagem e a retórica; e as estratégias discursivas, prezando-se a importância de separar a estratégia do jornalista e dos atores. Deve-se também realizar uma pesquisa contextual, a partir de uma abordagem “histórica-diacrônica” com a análise do desenvolvimento da conjuntura cultural, histórica, institucional, política e social e as mudanças no discurso dos meios de

comunicação relacionados ao tópico de estudo; e “comparativa-sincrônica” com o estudo de diferentes unidades de análise sobre um mesmo assunto (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, a proposta descrita da estrutura de análise foi adaptada para esse trabalho. A análise da dimensão textual foi seguida com os elementos apresentados no parágrafo anterior, incluindo também a menção do autor da notícia, porém, não foi respeitada a mesma ordem de itens para todas as matérias. A sequência foi determinada conforme a análise de cada notícia, para uma melhor compreensão, seguindo a lógica da autora. Em relação à pesquisa contextual, não foram utilizados diretamente os termos “histórico-diacrônico” ou “comparativo-sincrônico”, ainda que tenham sido aplicados. Sobre o primeiro, cabe relevar que o contexto geral é a condução da atuação internacional do Brasil e da Guerra Civil da Síria, cujos históricos são apresentados no capítulo 4, mas quando necessário as circunstâncias específicas nas quais determinada matéria está inserida foram discutidas. Já a segunda abordagem foi feita analisando-se o mesmo tópico geral – a política externa brasileira no conflito sírio – em diferentes momentos. Isso ocorreu de duas formas: as notícias escolhidas foram referentes ao mês com menos e com mais reportagens, sendo que neste último caso, ainda foi realizada a comparação entre algumas notícias publicadas no mesmo dia.

Levando em consideração a base teórica construtivista, o uso do método de análise crítica do discurso possibilita um melhor estudo de qual narrativa a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo adotou sobre a política externa nacional no contexto da Guerra da Síria e como ela afeta a percepção das relações internacionais do Brasil. Assim, além de verificar se foi relatado o tema de Responsabilidade ao Proteger, aborda-se também interpretações sobre como o jornalismo influenciou na recepção do tópico pela sociedade – seja pela presença ou pela ausência nas notícias brasileiras. Isso permite averiguar a hipótese de que o jornalismo não retratou relevantemente a proposição da Responsabilidade ao Proteger, ocasionando a desqualificação da política externa autônoma e a deslegitimação da proposta brasileira internamente. Essa análise é feita no quinto capítulo, sendo que no terceiro e no quarto é discutido respectivamente a relação entre jornalismo-política externa e o contexto do conflito sírio e da definição da política externa brasileira.

### 3 O PAPEL DO JORNALISMO NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Apresentada a base teórica e metodológica deste trabalho, é feito o estudo sobre a interação entre o jornalismo e a política externa. Em um primeiro momento é abordado o desenvolvimento do jornalismo internacional, com menção à sua origem e os processos de desenvolvimento, tanto em relação à infraestrutura de comunicação quanto ao peso da cooptação sociocultural. Em seguida, são analisados modelos de atuação do jornalismo na política internacional, sendo discutido mais amplamente as teorias de comunicação Efeito CNN e Efeito Al-Jazeera para enfatizar questões como poder midiático e diplomacia midiática, tratados mais detalhadamente adiante. Por fim, é retomado o desenvolvimento dessa interação mútua, considerando-se principalmente os efeitos da internet na integração de diferentes níveis jornalísticos.

Entender a relevância do Jornalismo para o campo das Relações Internacionais é entender o papel da mídia na composição de como é apresentada a realidade, especialmente na composição da política internacional. Além disso, é preciso ressaltar a relação histórica entre ambos, visto que o sistema internacional teve uma grande importância no surgimento do jornalismo, ainda durante o século XVI, sendo argumentado que “o jornalismo internacional, [...] nos primórdios do jornalismo, era o único tipo de jornalismo conhecido” (NATALI, 2004, p. 22). Nessa época, diversas agências especializadas em boletins informativos sobre eventos internacionais foram criadas para apoiar o planejamento estratégico dos negócios locais na Europa, e logo também foram direcionadas para as principais redes políticas da época – a rede diplomática, representada por monarcas, e a rede eclesiástica, da Igreja. Esses boletins impressos reuniam relatos de aspectos econômicos e políticos externos, tornando-se essenciais para garantir maiores ganhos comerciais dentro da lógica mercantilista (NATALI, 2004).

Assim, foi firmado um consenso de que as publicações produziam eficiência e poder nas negociações, sejam elas comerciais ou políticas, o que aumentou o interesse da sociedade pelo acesso à informação, impulsionando a circulação e troca de ideias entre diferentes sociedades. A expansão da demanda por jornais foi apoiada, ainda no século XVI, pela ampliação de periódicos pelo território europeu; pelo refinamento das análises dos conflitos regionais e os efeitos a nível local; e pelo aprimoramento na coleta e difusão regular dos jornais pelos serviços de infraestrutura de comunicação. Esse aumento no interesse pelos periódicos continuou avançando ao longo dos anos, tendo resultado na fundação das primeiras agências de notícias no século XVIII. Essas empresas produzem material para diferentes órgãos de imprensa, de modo a garantir uma melhor viabilidade financeira dos negócios, tendo efeitos

também na percepção do apartidarismo da notícia – uma vez que a matéria deve ser entregue para diferentes jornais, ela é considerada mais imparcial (NATALI, 2004).

Com isso, a popularização do jornalismo internacional, junto ao consenso sobre sua neutralidade, consagrou a mídia como um importante instrumento de poder. Isso se dá pelo interesse em eventos internacionais e o posicionamento dos Estados, cujos relatos dependem muitas vezes da publicação de notícias, de modo que crenças e escolhas relacionadas ao sistema internacional são fundamentadas a partir da realidade externa que é apresentada midiaticamente. Em outras palavras, a mídia estabelece uma imagem sobre os atores e os processos externos que é disseminada na sociedade como uma imagem acurada e confiável, sendo criada uma representação do real socialmente aceita e tida como verdadeira que se torna a base das percepções e ações de outros atores (THOMPSON, 1988). Destarte, o jornalismo internacional foi gradativamente transpassando sua função puramente informativa para desempenhar também o papel de ator internacional independente e o de instrumento para outros atores, consagrando conceitualmente essa atuação como diplomacia midiática (GILBOA, 2008; NATALI, 2004).

A gradual transformação do jornalismo internacional é muito fundamentada na melhoria no sistema de comunicações, com a invenção e o desenvolvimento de diversas tecnologias que potencializam a atuação da mídia no sistema internacional. Essa evolução tecnológica se deu em diferentes frentes<sup>5</sup> e foi acompanhada pelo refinamento técnico das agências de notícias, de forma que houve um aumento da credibilidade jornalística, possibilitando uma maior aceitação das imagens coletivas propostas, e um aprimoramento no controle e na apresentação das informações, expandindo o poder da imprensa (NATALI, 2004; THOMPSON, 1998). Dator, Sweeney e Yee (2015) afirmam que essa relação não é de causa e consequência, que não há um determinismo tecnológico, mas sim uma correlação de fatores: a cultura de uma sociedade influencia em como a tecnologia vai impactar esse grupo social. Por mais que as tecnologias de informação contribuam para a difusão de informação, o modo que a informação vai afetar as percepções coletivas e a distribuição de poder depende dos valores socioculturais de cada sociedade. Ainda nesse sentido, os autores destacam que é necessário considerar que o poder midiático vem tanto do efeito da substância – o conteúdo relatado – quanto da forma – o meio de comunicação (DATOR; SWEENEY; YEE, 2015).

---

<sup>5</sup> Natali (2014) cita como exemplos o aperfeiçoamento dos processos de impressão no século XIX – bastante destacado também por Dator, Sweeney e Yee (2015) –, a instalação de trens e cabos de telégrafos; entre outros.

Em conjunto com a evolução nas tecnologias de comunicação, é preciso considerar também as evoluções políticas e os avanços nas relações internacionais. Desde o século XX, houve mudanças significativas nos regimes políticos de diferentes Estados, especialmente no período final e após a Guerra Fria. Essas modificações afetaram a interação das sociedades com os seus governos, tornando-as mais participativas em diversos processos políticos, dentro dos valores socioculturais de cada país, com o uso do jornalismo como meio para adquirir mais informações e para evidenciar a opinião pública (GILBOA, 2001, 2008).

Há ainda uma ascensão da importância do *soft power*<sup>6</sup> nas relações internacionais, de forma que a imagem construída de um país se torna tão relevante quanto às capacidades militares e econômicas no estabelecimento de seu *status* no sistema internacional. Essa imagem é relevante por ser uma representação simbólica das regras, das ideologias e dos ideais sociopolíticos defendidos por um país, que moldam a forma que o poder de um Estado é visto pelos demais atores, sendo considerado a concepção construtivista de que o poder é um fenômeno socialmente construído (ADLER, 2002). Há diferentes aspectos a serem considerados no estabelecimento dessa identidade, sendo destacado neste trabalho a constituição da imagem coletiva, tanto positiva quanto negativa, pelos jornais. O argumento é que o discurso jornalístico influencia a maneira como um país é visto pela comunidade internacional, uma vez que as narrativas alteram a percepção intersubjetiva sobre a constituição do poder e qual o nível de poderio dos atores do sistema internacional, o que pode facilitar ou dificultar negociações diplomáticas conforme a imagem propagada pela mídia (GILBOA, 2001, 2008; MESQUITA, 2016).

Assim, a alteração no fluxo de informações permitiu que terceiros mediem e/ou exerçam a diplomacia. Os progressos mencionados na comunicação, na política e nas relações internacionais expandiram a demanda e a oferta de dados sobre eventos e atores internacionais, algo que aumentou também o poderio da mídia. Ao fornecer análises desses temas, ainda que possivelmente de forma implícita, os jornais atuam para legitimar e incentivar determinada ação (GILBOA, 2001, 2008). Dessa forma, é argumentado que o jornalismo atua por meio da

---

<sup>6</sup> O termo *soft power* (poder brando) foi conceitualizado por Joseph Nye como a capacidade de influenciar a política internacional pela atração e pela cooptação cultural, por meio da cultura, dos valores políticos (nacionais e internacionais) e da política externa. O argumento é que as mudanças no sistema internacional resultaram em uma transformação do poder, que pode ser classificado em *hard power* (poder bruto), relacionado à coerção militar econômica, e *soft power*, centrado na identidade cultural, ideológica e política do Estado. Na visão de Nye, esse último tem uma grande importância na constituição de potências mundiais, já que à medida que o *soft power* de um país cresce, mais suas decisões políticas serão vistas com legitimidade pelo sistema internacional (NYE, 1990). Neste trabalho, enfatiza-se que a interação da mídia com a política impacta também na imagem coletiva de um país, podendo afetar seu *soft power*.

diplomacia midiática, descrito em termos simples por Gilboa (2008, p. 2854, tradução nossa<sup>7</sup>) como o uso da mídia “[...] para expressar interesse em negociação, para construir confiança, e para mobilizar o apoio público para acordos”.

Sobre a atuação dupla do jornalismo como ator e como meio da diplomacia, Eytan Gilboa (2001) considera três modelos de interação mídia-política externa: (1) o estabelecimento de imagens coletivas; (2) a promoção de resolução de conflitos; e (3) a mediação diplomática por jornalistas. Ainda que cada um tenha sua especificidade, todos demonstram que o discurso jornalístico molda como a sociedade interpreta a realidade ao mesmo tempo em que é transformado pela política externa, afinal depende de novos eventos internacionais e novos posicionamentos dos atores para poder exercer seu papel. Isso reflete a perspectiva construtivista de meta-relação entre o objeto e o discurso, no qual esse processo mútuo afeta a concepção dos valores socioculturais e da ideologia de algo/alguém, que por sua vez influencia a política externa e o tipo de interação entre os atores (ADLER, 2002).

O primeiro trata do estabelecimento de imagens coletivas, no qual atores estatais e não governamentais utilizam as redes de comunicação para influenciar a opinião pública por meio de conteúdos direcionados para o público geral, atraindo foco para assuntos atuais, e outros direcionados para as elites, com ênfase em discussões a longo prazo. O argumento é de que ao influenciar o público a aceitar uma imagem, a mídia estaria influenciando indiretamente o governo e grupos privados, que seriam induzidos a uma determinada política externa pelas sociedades nacionais e/ou pela comunidade internacional (GILBOA, 2001, 2008).

O segundo modelo aborda a promoção de resolução de conflitos. Nesse ponto de vista, a mídia atua para transmitir mensagens diplomáticas para outros grupos estatais ou não governamentais; acompanhar em eventos oficiais do executivo; e informar sobre as relações externas para a sociedade. Ocorre notadamente em contextos de negociações e acordos internacionais, com o objetivo de estabelecer confiança nos processos e assim mobilizar a opinião pública por meio de reportagens ou eventos específicos (GILBOA, 2001, 2008).

Por fim, o terceiro discorre sobre a mediação diplomática realizada por jornalistas, que atuam como representantes informais de Estados, organizações internacionais ou um grupo social, para facilitar as negociações. Por isso, ocorre particularmente nos períodos anteriores à negociação oficial, buscando informações dos envolvidos para, no fim, tentar tornar o acordo o mais viável possível. Esses modelos não são excludentes, podendo mudar o tipo de interação

---

<sup>7</sup> No original: “[...] to express interest in negotiation, to build confidence, and to mobilize public support for agreements” (GILBOA, 2008, p. 2854).



jornalismo-política externa dependendo do contexto do sistema internacional (GILBOA, 2001, 2008).

É possível ilustrar o potencial da diplomacia midiática a partir da criação da rede de mídia *Cable News Network* em 1980. Com uma infraestrutura desenvolvida e amplo capital humano, a empresa estadunidense expandiu a nível doméstico e externo, tendo sido o primeiro canal a produzir transmissões durante todo o dia. Esse empreendimento também foi relevante na cobertura de confrontos armados, especialmente em relação à Guerra do Golfo, quando a CNN foi a única agência de notícias com correspondentes internos e reportagens ao vivo nos primeiros dias. Isso garantiu atenção ao conflito e à própria empresa, que manteve um certo domínio sobre a evolução da guerra, induzindo a recepção pública à intervenção militar. O sucesso de suas coberturas influenciou a expansão de redes midiáticas para um perfil similar, como a *British Broadcasting Corporation (BBC)* e a *National Broadcasting Company (NBC)*. Mais considerável para este trabalho, houve também o estabelecimento do efeito CNN, expressão delineada por cientistas políticos para abordar como a mídia é um dos determinantes para os resultados de eventos, com a triangulação entre cobertura jornalística, opinião pública e formulação de políticas; principalmente em contextos de crises humanitárias, incidentes internacionais e iniciativas diplomáticas (GILBOA, 2005; ROBINSON, 2002).

Buscando refinar análises sobre a interação entre política externa e mídia pelo efeito CNN, há propostas que conciliam perspectivas de Comunicação e de Relações Internacionais. Nesse sentido, Steven Livingston (1997) enumera três possibilidades de como esse efeito ocorre: (1) como definidor da agenda pública, (2) como impedor de um objetivo político, e (3) como acelerador da decisão política; resumidas no Quadro 1. A primeira forma de atuação aborda a reordenação de prioridades e de interesses no nível local e internacional, de forma que a construção do interesse nacional estaria ligada ao grau de cobertura jornalística de cada tema, sendo que aqueles mais noticiados seriam considerados mais importantes. É fundamental destacar que o interesse e a eventual cobertura midiática também dependem das decisões políticas a que se referem, havendo uma co-constituição dos fatores que só é determinada pela situação específica, alterando-se de acordo com a atuação da mídia ou dos agentes políticos (LIVINGSTON, 1997).

**Quadro 1 – Possibilidades conceituais da diplomacia midiática**

Definidor de agenda	As redes de notícias reordenam as prioridades da política externa.
Impedidor	O jornalismo prejudica as propostas de ações internacionais, de duas formas. O impedimento emocional envolve uma cobertura sensível que mina o apoio e a moral pública. Já o impedimento logístico abrange a cobertura em tempo real, afetando a segurança operacional.
Acelerador	A mídia reduz o tempo de resposta da tomada de decisão. Serve também como um multiplicador de força, um método de evidenciar a diplomacia aplicada em um determinado contexto mais rapidamente.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de LIVINGSTON, 1997.

À medida em que a agenda pública é alinhada com a cobertura da mídia, os demais aspectos do efeito CNN se manifestam. A segunda forma elabora sobre como a cobertura jornalística pode comprometer a realização de ações políticas, seja por promover um impedimento psicológico ou logístico. Assim, a mídia pode influenciar emocionalmente a opinião pública e o apoio popular ao estabelecer um senso comum a favor ou contra a política externa; além de poder afetar a segurança operacional ao expor informações sensíveis e confidenciais (LIVINGSTON, 1997).

Por fim, a terceira forma do efeito CNN implica em uma necessidade de tornar e divulgar a resposta diplomática mais rápida, em consonância com o ritmo das redes de notícias, evidenciando como a dinâmica praticamente ininterrupta da mídia é importante na sua relação com a política. Há uma compressão do tempo de reação às notícias, visto que a falta de uma resposta pode implicar em um constrangimento ou um desgaste de uma política. Isso também está alinhado com a perspectiva de Livingston (1997) de que o efeito CNN é condicional e específico a cada tipo de evento e objetivo, dependendo da dinâmica entre a mídia e o meio político, afirmando que “a variável-chave para o efeito da mídia na política externa não é a presença ou ausência de câmeras, mas sim a presença ou ausência de liderança política” (LIVINGSTON, 1997, p. 1, tradução nossa<sup>8</sup>).

Sobre essa discussão, Piers Robinson (2005) argumenta que há uma interação direta entre o nível de consenso entre as elites, a relação Estado-mídia e o papel midiático que determinaria a influência da mídia na formação da política externa. Para isso, há uma aproximação com os estudos de consenso fabricado, que enfatiza a habilidade do governo de influenciar as produções jornalísticas e a tendência do jornalismo de recortar as informações

<sup>8</sup> No original: “The key variable to media’s effect on foreign policy is not the presence or absence of cameras, but rather the presence or absence of political leadership” (LIVINGSTON, 1997, p. 1).

conforme a cultura política promovida pelas elites. No consenso fabricado, essa conformação da mídia com a agenda política pode estar orientada com a esfera executiva, sem a possibilidade de controvérsias; ou de acordo com o consenso da elite, seja a favor ou contra um tema. Dado esse panorama, a influência do jornalismo somente pode ocorrer quando não há a construção de um consenso, retomando a importância de conciliar a capacidade de influenciar a agenda pública pelo governo e pela mídia proposta por Livingston (ROBINSON, 2002).

Destarte, para Robinson (2002) o efeito CNN seria resultado de um contexto de forte incerteza política no executivo e de discordância entre as elites, no qual a cobertura jornalística reflete o debate político e se torna um agente ativo no meio político. Em outras palavras, a decisão política se torna mais reativa ao conteúdo jornalístico à medida em que a certeza política diminui. É nesse momento que o poder midiático se expressa de fato, utilizando-se de artifícios para aproximar a sociedade de um tema ou afastá-la dele, havendo um enquadramento crítico e estratégico por parte das redes de comunicação. Ainda, é proposto uma escala para qualificar os resultados, de modo que a influência da mídia pode ser classificada como: (1) forte, quando o jornalismo tem poderio suficiente para direcionar e/ou garantir a operação de uma ação política; (2) fraca, se a mídia tem somente um papel marginal nas decisões políticas; (3) aceleradora da implantação da política externa; (4) impeditiva ao prejudicar o estabelecimento de ações internacionais; (5) potencial, quando a possibilidade de críticas futuras pela mídia às propostas ocasionam o descarte dessas medidas; e (6) possibilitador, se o jornalismo criar condições nas quais uma política é socialmente aceita. Dessa forma, é possível considerar que o efeito CNN exista, mesmo em casos em que a mídia tenha uma atuação marginal na elaboração de uma política, desde que haja um contexto de incerteza política prévia (ROBINSON, 2002).

A admissão de diferentes resultados é relevante pois amplia a abrangência da relação entre jornalismo e relações internacionais, indo além da simples triangulação entre cobertura jornalística, opinião pública e formulação de políticas. Esse ponto é ressaltado na pesquisa de Gilboa (2005), que ao analisar as principais contribuições no debate sobre o efeito CNN, inclusive os estudos de Livingston (1997) e de Robinson (2005), aponta oito pontos que devem ser discutidos em agendas de pesquisa relacionadas. O primeiro e o segundo pontos referem-se respectivamente a mudanças na geopolítica pós-Guerra Fria e aos avanços tecnológicos, que em conjunto permitem diferentes tipos de coberturas jornalísticas, de modo mais independente e com novos focos. O terceiro tópico considera a necessidade de abordar também os momentos de prevenção, resolução e transformação, não somente o clímax do evento analisado.

O quarto e o quinto itens retomam a ampliação dos estudos além da triangulação convencional, a fim de ponderar sobre os efeitos mais diretos entre comunicação global e política externa, com uma maior autonomia das ocorrências relacionadas à opinião pública, além de diversificar as áreas de estudo de caso. O sexto ponto levantado é a prevalência do ponto de vista ocidental ligada ao efeito CNN, que se relaciona à proposição do sétimo item de avaliar aspectos socioculturais da audiência, a fim de avaliar a recepção de um tema por diferentes perspectivas. O oitavo e último tópico é referente ao efeito no trabalho de editores e jornalistas, que são pressionados pela demanda de notícias constantes e atualizadas, podendo comprometer a qualidade final da cobertura jornalística (GILBOA, 2005).

Sobre o último tópico, cabe relevar que a sobressalência da perspectiva ocidental na retratação jornalística do Oriente Médio é uma constante crítica dos povos árabes e de pesquisadores da região. Como notado anteriormente, apresenta-se uma certa dependência da mídia para termos acesso a eventos contemporâneos, a qual é exacerbada quando se trata das relações exteriores, tendo em vista a distância física e cultural entre Estados. Assim, a formação da imagem coletiva sobre as relações internacionais é tão mais dependente da mídia quanto maior a distância (SHAHEEN, 1985 *apud* THOMPSON, 1988). Jornalistas e editores não necessariamente possuem domínio acadêmico (em relação à história e a aspectos culturais, econômicos e políticos) sobre o Oriente Médio, possibilitando a difusão de análises superficiais, generalizadas e pejorativas; o que pode ocorrer ainda de forma intencional, para fundamentar preceitos que inferiorizam a região. Independentemente, há uma deterioração contínua da imagem oriental pela mídia ocidental, mas que continua sendo aceita socialmente no Ocidente, facilitando-se a manipulação de informações para justificar determinadas ações (SAID, 1981; THOMPSON, 1988). Desse modo, a atuação do jornalismo no estabelecimento do interesse e das expectativas sobre a política externa direcionada ao Oriente Médio é muito relevante, e não deve ser compreendida como uma simples legitimação do domínio ocidental, mas como uma “idolatria acrítica do poder ocidental” (SAID, 1981, p. 23, tradução nossa<sup>9</sup>).

Para analisar o impacto de novas mídias e recursos jornalísticos na política mundial, foi criado o efeito Al Jazeera, em referência ao jornal catariano. Fundado em 1996, essa rede de notícias ganhou notoriedade ao ocupar o mercado midiático do Oriente Médio, ao proporcionar “voz àqueles sem voz” por meio de um jornalismo mais independente de governos, sejam eles orientais ou ocidentais (SEIB, 2008, 2012). Para isso, controversamente, a rede contou com o apoio financeiro do Estado do Catar, que possibilitou a contratação de

---

<sup>9</sup> No original: [...] an uncritical idolization of Western power (SAID, 1981, p. 23).

jornalistas com profundo conhecimento da cultura socioeconômica e da geopolítica regional, além de acesso a tecnologias que aumentaram o alcance jornalístico (POWERS, 2012).

A adoção dessa perspectiva árabe consolidou o jornal regionalmente, formando um espaço árabe transnacional e plural. Também houve destaque no sistema internacional, principalmente a partir de 2001, quando era a única agência operando ao vivo em Cabul nos primeiros dias da Guerra do Afeganistão. Apesar do funcionamento similar à CNN durante a Guerra do Golfo, a atuação da Al Jazeera nesse conflito e nos que se seguiram durante a Guerra ao Terror foi considerada parcial por muitos países ocidentais, principalmente os Estados Unidos, que afirmou haver uma benevolência do jornal com grupos terroristas. Isso dificultou a expansão internacional do jornal, que só foi efetivada em 2006 com o lançamento oficial do *Al Jazeera English* (POWERS, 2012; SEIB, 2012).

Essas críticas devem ser entendidas dentro do contexto geopolítico, considerando-se o contínuo alcance de jornais regionais do Oriente Médio, que estabelecem um coletivo imaginário reativo aos discursos jornalísticos das grandes potências ocidentais. Ainda que o Al Jazeera seja o de maior influência, em algum nível outras redes de notícias regionais também foram bem-sucedidas em consolidar sua credibilidade com o público ao trabalharem a partir de uma narrativa árabe (SEIB, 2008). Ocorre, portanto, um processo contra-hegemônico, no qual a mídia criou “uma arena poderosa para narrativas não-ocidentais, argumentos e suposições contra a perspectiva ocidental dominante nas notícias” (COBAN, 2016, p. 48, tradução nossa<sup>10</sup>). O efeito Al Jazeera é justamente a emergência de novas agendas políticas, estabelecidas a partir da mobilização de novos provedores de informação e novas tecnologias de comunicação (SEIB, 2008).

O seu funcionamento, em última análise, compartilha similaridades com o efeito CNN. As possibilidades de atuação enquanto definidor de agenda, acelerador ou inibidor propostas por Livingston (1997), expostas acima no Quadro 1, continuam válidas, tendo manifestações mais impactantes por conseguir mais engajamento com o público. Isso se dá tanto pelo aumento da credibilidade ao retratar diferentes perspectivas, que tradicionalmente estariam marginalizadas na mídia, quanto pelo uso de novos sistemas de informações, essencialmente aqueles ligados à internet, incluindo redes sociais e blogs. Assim, a principal particularidade do efeito Al Jazeera não é o aumento do acesso à informação, mas a ampliação de uma informação

---

<sup>10</sup> No original: “[...] creating a powerful arena for non-Western narratives, arguments and assumptions against the dominant Western viewpoints in news” (COBAN, 2016, p. 48).

crítica que impõe uma diversidade política, possibilitando uma maior inserção de regiões marginalizadas na agenda internacional (SEIB, 2008, 2012).

Argumenta-se ainda que esse processo foi refletido e reforçado pelas mídias digitais, que também possibilitaram um maior destaque para jornais não hegemônicos, alterando as relações de poder entre política internacional e mídia por meio do jornalismo digital. Essa transformação é causada primeiramente pela aproximação entre os jornais e os cidadãos, que por sua vez resulta em uma maior percepção de participação popular, com o aumento da sensação de fazer parte das decisões políticas de segurança e diplomacia pela sociedade. Nesse processo, a internet serve também para equalizar a manifestação popular e o acompanhamento da opinião pública pelo governo, que pode utilizar a internet para aprimorar sua propaganda política, a fim de moldar o coletivo imaginário a favor das ações governamentais (ROBINSON; SEIB; FRÖHLICHER, 2017; SEIB, 2008, 2012).

A própria interação entre as redes de notícias e a população foi alterada com o maior uso da internet, com a eclosão do jornalismo independente. Ainda que não seja possível considerar que a divulgação de notícias por civis em redes sociais vá substituir o jornalismo tradicional, pode-se perceber um fluxo contínuo e recíproco de informações. Há uma facilidade para comentar e analisar publicamente notícias, além de ser comum a utilização de textos e vídeos extraídos de mídias sociais pelas grandes redes de notícias, como uma forma de validar suas reportagens como fatos verdadeiros. Isso também é importante para compensar parcialmente a distância física das agências com os eventos internacionais, principalmente aqueles ocorridos no Sul global, que não precisam obrigatoriamente ter correspondentes oficiais em diferentes locais – um diferencial que foi primordial para alavancar a CNN e a AL Jazeera em outros tempos (NATALI, 2014; SEIB, 2008).

Nesse sentido, Gilboa *et al.* (2016) frisam o fluxo de reportagens entre os diferentes níveis de redes de notícias para explicar os padrões de pluralização e fragmentação da mídia. Analisando-se critérios geográficos, de conteúdo e de audiência, é estabelecido seis diferentes níveis de jornalismo: (1) o local, com foco em uma comunidade específica; (2) o nacional, que aborda e é voltado para os limites de um Estado-nação; (3) o regional, sobre uma área com um ou mais aspectos em comum; (4) o internacional, que parte de uma perspectiva específica na abordagem de tópicos internacionais; (5) o global, diferenciando-se do nível internacional por não ter uma perspectiva oficial; (6) e o “glocal”, com o uso de plataformas da internet.

Com base no conceito de hibridismo, que possibilita a proposição de uma relação mútua entre o âmbito interno e externo nos processos de segurança e desenvolvimento, é argumentado que a interação entre diferentes níveis permite a emergência de novas vozes

conciliada à continuidade de redes tradicionais. O hibridismo pode ser descrito resumidamente como uma combinação de aspectos culturais, econômicos e políticos de duas ou mais culturas, antes distintas. Assim, uma das premissas do hibridismo é a necessidade de ir além do original, visto que todas as identidades são formadas pela interação entre diferentes culturas e processos de negociação social, articulando-se novos significados e práticas (RICHMOND, 2013). É nesse sentido que o hibridismo permite o entendimento conjunto de diferentes níveis de análise, baseados nas interações híbridas (GILBOA *et al.*, 2008), sendo que neste texto, a interação se dá entre a mídia nacional e internacional, a política interna e externa.

Dessa forma, é possível conceber a diplomacia midiática tanto de cima para baixo – com as potências hegemônicas pautando a opinião pública – quanto de baixo para cima – com os países marginalizados traçando novas perspectivas. Por exemplo, resumidamente, as interações do nível glocal resultam na promoção de informações locais para níveis maiores, seja nacional, regional ou internacional/global; assim como temas internacionais podem ser inseridos na agenda local (GILBOA *et al.*, 2016). Essa integração de diferentes níveis com o glocal faz com que o jornalismo se torne mais transparente e consciente, mas também pode impor desafios derivados do aumento da pluralização e fragmentação (GILBOA *et al.*, 2016). A premissa equivocada de uma atuação jornalística independente pode ascender grupos terroristas e/ou ampliar a abrangência de *fake news*<sup>11</sup> sobre as relações e cultura internacionais, reiterando distâncias físicas e ideológicas entre as nações, de modo a afetar a percepção coletiva negativamente (SEIB, 2008). Isso relaciona-se a uma possibilidade de menor confiabilidade, além de uma redução no alcance jornalístico, visto

[...] haver um aumento no número de atores tentando influenciar as respostas devido à variedade de meios de comunicação disponíveis, mas associado a uma diminuição na capacidade de qualquer grupo de influenciar a consciência pública e política precisamente por causa da relativa difusão dos meios de comunicação e da fragmentação da audiência dos meios de comunicação (ROBINSON; SEIB; FRÖHLICHER, 2017, p. 336-337, tradução nossa<sup>12</sup>).

---

<sup>11</sup> *Fake news* (notícia falsa) refere a fatos inventados, com a intenção de manipular grupos sociais, ou a circunstâncias distorcidas, com o objetivo de fortalecer um ponto de vista em uma disputa narrativa dentro de um contexto de alta polarização. Tanto a invenção quanto a manipulação de informações são feitas para parecerem notícias críveis para seu público, aproveitando-se do rápido fluxo de circulação da informação, que diminui a apuração dessas notícias (ALVES; MACIEL, 2020).

<sup>12</sup> No original: “[...] there may be an increase in the number of actors trying to influence responses due to the variety of media available, but an associated decrease in the ability of any one group to influence public and political awareness precisely because of relative diffusion of media outlets and fragmentation of audiences” (ROBINSON; SEIB; FRÖHLICHER, 2017, p. 336-337).

A gravidade desses pontos é levemente reduzida pela prevalência da lógica e da agenda proposta por grandes corporações de mídia convencionais no jornalismo digital, cujo relacionamento com os governos e suas respectivas sociedades mantém-se dentro das proposições do efeito Al Jazeera, explanados anteriormente. Ainda que não resulte em uma reestruturação imediata da ordem político-econômica de uma sociedade, o uso de redes sociais no jornalismo é um fator que progressivamente possibilita novas contribuições e promove narrativas estratégicas no sistema internacional (SEIB, 2008). Neste trabalho, a internet é posta justamente como uma plataforma que pode potencializar a mensagem jornalística, focando na interação mídia-política.

Tendo em mente o que foi apresentado, é possível argumentar a relevância da interação mídia-política no sistema internacional. Isso ocorre porque as decisões políticas são em parte formuladas de acordo com a realidade externa que é reportada pelo discurso jornalístico, de modo que o jornalismo pode ser considerado como um meio e como um ator das negociações internacionais. Essa atuação foi proporcionada pelo desenvolvimento da infraestrutura das informações e também do progresso dos processos políticos, que possibilitaram o desempenho do poder e da diplomacia midiática de forma cada vez mais amplificada. O argumento é sustentado pela exposição de modelos tradicionais sobre a relação mídia-política externa e da diplomacia midiática, sendo destacado o efeito CNN e o efeito Al Jazeera tanto em suas conceituações técnicas quanto em sua significação política. Dessa forma, ao serem analisadas as notícias da Folha de S. Paulo no capítulo cinco, é possível observar se o conteúdo está alinhado com o Norte ou o Sul global – ou se os conceitos não podem ser aplicados –, para testar a hipótese deste trabalho. Antes dessa análise, são abordados os tópicos relacionados ao estudo de caso no capítulo seguinte, como forma de contextualizar a pesquisa mais detalhadamente.



## 4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Estabelecida a relação entre jornalismo e política externa, cabe contextualizar o objeto de estudo deste trabalho: a política externa do Brasil durante o confronto civil da Síria. Dentro dos limites dessa pesquisa, é abordada a proposição da Responsabilidade ao Proteger como parte da resolução do conflito sírio pelo Brasil, tanto em relação à política externa brasileira quanto em relação à Guerra Civil da Síria. O capítulo foi dividido em duas seções. A primeira trata da evolução do interesse nacional brasileiro nas suas dinâmicas internacionais entre 1985 e 2014 para que seja possível identificar nuances pertinentes do desenvolvimento das relações externas do país, inclusive em relação à aproximação com o Oriente Médio. O período delimitado trata do momento de redemocratização, no qual os pilares vigentes da política externa brasileira são consolidados, até o ano limite dessa pesquisa. Já a segunda subseção foca especificamente na participação do Brasil no conflito sírio, sendo também dividida em subseções: uma trata sobre a guerra civil instaurada na Síria, argumentando-se uma dimensão local, regional e internacional no confronto; enquanto a outra enfatiza a proposta RWP, desde à sua concepção até a reação do sistema internacional. Desse modo, é possível delinear qual era de fato a política externa brasileira para a análise do discurso jornalístico realizada no capítulo seguinte.

### 4.1 APOGEU E DECLÍNIO BRASILEIRO NO SISTEMA INTERNACIONAL

A análise das relações internacionais brasileiras é relevante para este trabalho para podermos definir a identidade nacional entre 2011 e 2014, e assim verificar se as narrativas da Folha de S. Paulo apoiou ou foi contrária à política externa brasileira. Nesta seção, o estudo é guiado pela conceituação de identidade internacional do Brasil, que considera “o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a sua visão e os seus interesses, como ator do sistema mundial, dos que caracterizam os demais países” (LAFER, 2001, p. 20). Com apoio do construtivismo, esse conceito pode ser utilizado para uma melhor compreensão de como o interesse nacional foi formalizado em 2011 e a sua relação com a proposição do RWP pelo Brasil. Para entender a construção dessa identidade, são enfatizadas as relações externas a partir da redemocratização (1985) até o limite temporal delimitado (2014), separadas por períodos governamentais, com um foco maior nos últimos governos. Destaca-se ainda na análise o contexto interno e externo, visto a defesa da relação intrínseca entre ambos na consolidação da identidade internacional (CERVO, 2008; LAFER, 2001).

O fim do regime militar brasileiro não resultou em uma imediata alteração da política externa, mas iniciou a transição da ênfase no desenvolvimento econômico para a abertura externa. O ideal do desenvolvimentismo foi expresso no governo de José Sarney (1985-1990) inicialmente como o retorno do crescimento econômico, com objetivo de reverter o alto nível de inflação nacional ocasionada pela repercussão do aumento do endividamento externo durante a crise econômica de 1973<sup>13</sup> (BARRETO, 2012a; CERVO, 2008). No entanto, o fluxo internacional de capitais e de divisão internacional de trabalho, que favorecia os países desenvolvidos, dificultou a estabilidade financeira no período. Para tentar fortalecer o país frente às tendências de formação de blocos regionais e aos eventuais impactos da Guerra Fria, o desenvolvimento econômico foi atrelado à defesa da democracia no âmbito nacional, com destaque à proposição de consultas de opinião pública, e internacional, sendo possível citar o apoio aos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção no sistema internacional, que foram firmados como pilares da política externa do Brasil. Dessa forma, estabeleceu-se uma política externa com um foco maior na coerência com as tradições diplomáticas brasileiras de solidariedade e universalismo, defendidas desde a Primeira República, com pontuais alinhamentos práticos conforme mudanças externas (BARRETO, 2012a).

A adaptação da política externa brasileira às transformações internacionais ocorreu mais fortemente a partir da década de 1990, com alterações da forma de inserção brasileira no sistema internacional (CERVO, 2008). Em um primeiro momento, com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), esse processo foi marcado pela institucionalização de políticas neoliberais em detrimento do desenvolvimentismo e do nacionalismo, tanto na política nacional quanto internacional. A abertura externa, então, foi feita por meio da implementação integral do Consenso de Washington<sup>14</sup>. O ingresso de capital estrangeiro, entretanto, não solucionou a crise econômica interna, tendo como consequências mais significativas a redução do apoio popular e o maior alinhamento unilateral com os Estados Unidos. Assim, ocorreu uma relativa

---

<sup>13</sup> A Crise Mundial do Petróleo em 1973 se deu no contexto dos conflitos árabes-israelenses, em especial a Guerra do Yom Kippur. O apoio estadunidense e europeu à Israel gerou descontentamento da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), formada por países árabes da África e do Oriente Médio. A Organização, então, determinou um embargo petrolífero para os aliados israelenses, aumentando o preço do barril de petróleo, que por sua vez afetou a economia internacional (PEREIRA; VISENTINI, 2012).

<sup>14</sup> O Consenso de Washington foi adotado como a principal política econômica para reverter crises e promover o crescimento econômico nos países subdesenvolvidos, sobretudo da América Latina. O corolário defendeu o uso de políticas econômicas ortodoxas e do ajuste fiscal para estabilizar a economia regional, que teria sido deteriorada pelo protecionismo nacional e o populismo econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991).

perda da tradição diplomática do Brasil, traduzida pela perda da influência brasileira na correlação de poderes internacionais (CERVO; BUENO, 2011; RICUPERO, 2017).

Ainda, a instabilidade política interna, relacionada ao processo de *impeachment* de Collor, refletia e reforçava a política externa, incluindo o desgaste da posição relativa do Brasil no sistema internacional. Com a ascensão de Itamar Franco (1992-1995) à presidência, a política internacional brasileira estabelecida foi quebrada, propondo-se uma abertura externa mais multilateral, como forma de enfatizar a soberania estatal. As relações com os Estados Unidos deixaram de ser o foco da política externa, avançando as relações brasileiras com a União Europeia, a Rússia e alguns países da região Ásia-Pacífico, além dos países da América do Sul com o intuito de consolidar a integração sul-americana e aumentar o poder de barganha no sistema internacional (BARRETO, 2012a; VIZENTINI, 2008).

No âmbito interno, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico tiveram resultados positivos, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), consagrando o apoio popular e consequentemente facilitando a governabilidade inicialmente. Na política externa, isso possibilitou a continuidade e o aprimoramento da autonomia do Brasil no sistema internacional, visando influenciar os regimes e as pautas internacionais a favor do Brasil, com a premissa de que a nação brasileira deveria manter sua independência mesmo nos processos de abertura internacional. No entanto, a estratégia de inserção, baseada no respeito às regras já estabelecidas do sistema e continuidade de medidas neoliberais, por vezes foi de encontro com o interesse de uma política externa autônoma (BARRETO, 2012a; CERVO; BUENO, 2011; CERVO, 2008).

Nesse período, o foco das relações externas continuou nos Estados Unidos, com um reforço estratégico das parcerias entre a América Latina. Nesse sentido, entendia-se dentro do poder executivo do Brasil a importância do discurso na formulação de um Estado relevante no sistema internacional, o qual foi baseado nos avanços socioeconômicos e democráticos internos e na imagem de “representante latino-americano”. A argumentação, portanto, era de superação gradativa de constrangimentos estruturais internos para fortalecer a integração brasileira ao sistema internacional. Ainda que tenha tido um bom apoio popular durante o governo, esse discurso foi afetado pelas contradições entre a estratégia de abertura internacional e o interesse nacional, com a opinião pública desfavorável aos efeitos internos do modelo de interdependência neoliberal adotado (CERVO, 2008).

Esse processo foi consonante a mudanças no sistema de poder internacional, na qual o Sul global defendia o contrapoder – a ideia de que as regras internacionais devem ser institucionalizadas para o bem de todos os Estados. Se a formação de blocos e regimes

internacionais evidenciou a hegemonia das grandes potências na década de 1990 em diante, a globalização também induziu a diversificação dos interesses nacionais. Assim, a participação ativa na institucionalização das relações internacionais por meio da ampliação de negócios e acordos multilaterais, regionais e inter-regionais, principalmente entre Estados em desenvolvimento com objetivos similares, tornou-se mais relevante para as relações internacionais (BARRETO, 2012a; CERVO, 2008). Cervo e Bueno (2011, p. 527) caracterizam esse momento como a proposição dos países emergentes de “democratizar a ordem da globalização”, no qual

[...] a irrupção de novos atores eleva a voz crítica acerca das assimetrias globais e embaraça a negociação diplomática. Isso explica a estagnação do multilateralismo, a reação de defesa dos países avançados que reativam o G8, bem como o confronto de duas estratégias de solução de conflitos, a brasileiro-chinesa pela via pacifista da negociação diplomática, a US-Otan pela via da violência da intervenção ou sanção (CERVO; BUENO, 2011, p. 527).

Esse panorama e a ampliação da forte presença brasileira nos fóruns internacionais foram acentuados durante a presidência de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2011). A delegação brasileira, portanto, passou a agir de forma ativa e altiva, dialogando constantemente com o sistema internacional e expondo continuamente uma perspectiva independente das potências ocidentais. Uma marcante característica da política externa do Brasil na época foi a associação da redistribuição de poder nas relações internacionais com questões éticas e morais. Nesse ponto, houve uma argumentação constante sobre a importância de debates e novas proposições para solucionar crises sociais comuns no sistema internacional, relacionadas aos direitos humanos, ao meio ambiente e à escassez de alimentos, por exemplo. No âmbito interno, esses temas foram prioridades de muitas políticas públicas que ocasionaram avanços sociais e econômicos significativos no período, retomando uma imagem de Estado em pleno desenvolvimento. No âmbito externo, essa imagem apoia a ascensão da posição relativa de poder brasileiro no sistema internacional, permitindo uma maior participação e influência nas negociações externas, nas quais se buscava moldar a agenda internacional a favor do Brasil e de outras nações emergentes (CERVO; BUENO, 2011).

Desse modo, a política externa foi caracterizada como “nacional, sem deixar de ser internacionalista” (AMORIM *apud* BARRETO, 2012b, p. 18), atuando com base na internacionalização econômica e no multilateralismo recíproco. Sobre o primeiro, a inserção no comércio externo é tratada por meios cooperativos entre o Estado e as empresas privadas, para torná-las competitivas a nível global. Isso também se relaciona com a instituição de uma política

econômica anticíclica, a fim de manter a demanda agregada nos momentos de crises econômicas. A política foi pensada após a crise econômica de 2008<sup>15</sup>, da qual o Brasil se recuperou com mais facilidade, apresentando consequências econômicas mais fortes a partir de 2011 (CARVALHO, 2018; CERVO; BUENO, 2011).

Já sobre o segundo, reafirma-se a defesa por soluções pacíficas que contemplem os interesses de todos os Estados, por meio da elaboração em conjunto de princípios e regras internacionais – uma forma de equalizar a disparidade de poder entre potências e países emergentes. Esse conceito foi aplicado em diversos temas internacionais, mas foi inicialmente proposto para temas econômicos e de segurança; sendo que neste tópico, a diplomacia brasileira liderou discussões sobre a prevalência das negociações de paz em detrimento do uso da força armada em conflitos e sobre a redemocratização do Conselho de Segurança, retomando demandas para reformular os assentos permanentes do órgão e também mediando confrontos no/ envolvendo o Oriente Médio. Além de apoiar a imagem de um país forte e relevante e revigorar a tese brasileira de solução por via pacífica e de diálogo, isso também aflorou as relações Sul-Sul, incluindo uma maior aproximação entre o Brasil e o Oriente Médio (BARRETO, 2012b; CERVO; BUENO, 2011).

Considerando especificamente as relações sírio-brasileiras, cabe ressaltar que houve um aumento das relações diplomáticas bilaterais entre 2003 e 2010. Culturalmente, isso é explicado pelo entrelaçamento das nações, visto a vasta presença da comunidade árabe-brasileira no Brasil; enquanto no âmbito político a Síria se mostrava um importante aliado na defesa de iniciativas brasileiras, como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)<sup>16</sup>. A visita de Lula à Síria em 2005 resultou em ganhos significativos na esfera econômica, com um aumento nas exportações do Brasil para a Síria em mais de 390% em sete anos, ocasionando um nítido superávit comercial brasileiro nas relações econômicas bilaterais. Já em 2010, quando o presidente sírio Bashar Al-Assad (2000-atual) esteve no Brasil, foram ratificados acordos de cooperação jurídica e educacional, além de ser divulgado em conjunto um memorando sobre cooperação na área de saúde (BARRETO, 2012b; CASARÕES, 2012). Esse último foi efetivado por meio de capacitações técnicas brasileiras em transplante de fígado em 2011, tendo no mesmo ano também a execução de um treinamento internacional em tecnologias para a

---

<sup>15</sup> A crise financeira de 2008 ocorreu a partir da falência de bancos estadunidenses no contexto de especulação imobiliária nos Estados Unidos. Visto a internacionalização do mercado financeiro, outros Estados foram gradativamente afetados, com o aumento da dívida externa e do desemprego em massa, afirmando-se uma retração financeira internacional (BRESSER-PEREIRA, 2009).

<sup>16</sup> A ASPA é um conferência inter-regional, proposta pelo Brasil em 2003 e firmada oficialmente em 2005. A Cúpula compreende países sul-americanos e árabes, com o intuito de impulsionar o comércio e a economia dos países membros, assim como fortalecer alianças na política internacional (CERVO, 2005).

vivência em regiões áridas e semiáridas que contava com ambos os países (MENEM, 2020). Os contínuos momentos de aproximação fortaleceram as relações entre os dois Estados, o que, em conjunto com os ideais relacionados ao conceito de multilateralismo recíproco, sustentaram a proposta de Responsabilidade ao Proteger (RwP) durante a Guerra da Síria, detalhada na próxima seção.

A intenção brasileira de aumentar a integração Sul-Sul, buscando se estabelecer como principal representante desses países, ocasionou críticas nacionais e conflitos de posicionamento entre o Brasil e outras nações. Internamente, julgava-se a aproximação com Estados com regimes políticos ditatoriais, sendo condenada por grandes veículos de comunicação que caracterizavam a diplomacia brasileira para com o Oriente Médio como descabida por ignorar as violações aos direitos humanos nos países árabes (CASARÕES, 2012). Externamente, outros Estados do Sul global discordavam da constante apresentação brasileira como líder dos países emergentes, enquanto as grandes potências mostravam-se resistentes às mudanças nas regras internacionais, questionando propostas voltadas para a distribuição de poder (CERVO; BUENO, 2011).

Essas perspectivas afetaram a política externa do Brasil a partir de meados da segunda década do século XXI. Cervo e Lessa (2014) argumentam que essa perda foi um resultado da deficiência de consolidar “ideias forças”, que seriam definidas pelos autores como concepções sociais que direcionariam e mobilizariam a sociedade e o Estado em prol de uma determinada ação externa. Se de 2003 a 2010 havia um certo consenso sobre a imagem brasileira, pautada no discurso de dinamismo econômico e de força política que legitimava a proposta de uma política externa autônoma, a partir de 2011 houve uma contínua deterioração dos fundamentos internos da percepção de um Brasil forte, afetando o posicionamento brasileiro no sistema internacional, assim como a prosperidade de suas ações externas. Ainda assim, o governo tentou manter seu discurso e atuação em prol da defesa da autodeterminação dos povos, de não interferência e respeito à soberania, enfatizando ainda mais temas relacionados à proteção dos direitos humanos (CERVO; LESSA, 2014; CORNETET, 2014).

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), diversos fatores no sistema interno e externo dificultaram a continuidade plena da política externa. O contexto nacional dava indícios de estabelecimento de uma crise econômica, com a redução do PIB e a consequente deterioração das contas públicas, afetando o corte nos gastos públicos e a continuação dos avanços sociais. Ainda, houve o aumento das taxas de juros, a diminuição do crédito e a desvalorização cambial, de modo que a política anticíclica, continuada do governo anterior, foi alterada para dar um maior foco nos ajustes fiscais com políticas de austeridade. Somando-se a

isso, diversas manifestações populares contra o governo foram realizadas entre 2012 e 2016. As circunstâncias desencadearam a perda do apoio das elites político-econômicas e da sociedade civil, de forma que o custo de sustentação do governo se tornou muito alto, levando ao golpe constitucional e ao fim do governo Dilma por via de *impeachment* (CARVALHO, 2018). Visto pela ótica externa, houve o questionamento por diversos países da constitucionalidade do processo, principalmente por Estados sul-americanos, enquanto grandes potências responderam diplomaticamente visando a manutenção de relações bilaterais (TOLOTTI, 2016).

O contexto internacional também apresentava instabilidades políticas e mudanças no comportamento econômico. No Oriente Médio, a dinâmica da Primavera Árabe<sup>17</sup> causou a emergência de crises políticas locais e regionais, aumento de refugiados e o início de guerras civis. O próprio perfil de atuação internacional do Brasil desgastava-se após a constante atuação diplomática do governo Lula, com outras nações destacando-se na mediação das relações internacionais. Além disso, Dilma delegou uma maior autogestão ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), diferentemente do governo anterior, que atuou próximo ao MRE para endossar maior credibilidade às negociações internacionais. Concomitantemente, ocorreu a consolidação da tendência de acordos plurinacionais, de modo que as relações bilaterais brasileiras não avançaram muito no período. Mesmo as relações com a América do Sul, bem estabelecidas durante os anos anteriores, foram afetadas pela percepção de menor relevância do governo Dilma e pela estagnação política e econômica na região. Sobre esse aspecto, cabe salientar que os efeitos da crise de 2008 nas economias centrais já estavam mais sensíveis, com uma maior repercussão nos países em desenvolvimento (CORNETET, 2014; SILVA, 2022).

A instabilidade doméstica e a fragilidade externa se reforçaram mutuamente. A desestabilização política interna foi vista pela ótica externa de diferentes maneiras: diversos países questionaram sobre a constitucionalidade do processo de *impeachment*, principalmente os Estados sul-americanos, enquanto grandes potências responderam diplomaticamente visando a manutenção de relações bilaterais (TOLOTTI, 2016). O foco no âmbito nacional, especificamente nos desdobramentos da crise política e econômica, também gerou uma redução nas viagens diplomáticas presidenciais comparado com o governo Lula, principalmente na África e no Oriente Médio, o que também pode ser atribuído à conjuntura da Primavera Árabe. Ainda, a movimentação da delegação brasileira se tornou menos frequente, sem avançar com

---

<sup>17</sup> Os movimentos populares contra regimes autoritários no Oriente Médio e Norte da África que ocorreram entre 2010 e 2012 foram denominados como Primavera Árabe (LYNCH, 2014), tema melhor discutido na seção seguinte.

iniciativas normativas no sistema internacional e com redução de novos diplomatas e postos diplomáticos em relação ao período governamental anterior (CORNETET, 2014).

Isso não significa que houve um abandono dos interesses nacionais e da política externa autônoma em si. Há a continuidade do esforço de estabelecer o Brasil como um polo de poder representante do Sul global, com base no discurso universalista, no qual os direitos humanos são priorizados por meio da defesa da autodeterminação dos povos e do princípio de não-intervenção. Além disso, a demanda por um assento permanente no CSNU continuou destacando-se como pauta da agenda brasileira. Entretanto, uma falta de consenso estratégico, com uma dispersão generalizada de concepções sobre o desenvolvimento interno, as visões de mundo e os modelos de inserção internacional, afetaram a autopercepção brasileira e impediram um avanço da política externa autônoma. Assim, encontra-se uma identidade internacional fraca, na qual o discurso de continuidade de autonomia e proatividade não são conciliadas com as práticas da política externa brasileira, de modo que os próprios símbolos e as ideias sustentariam a identidade do Brasil perdem força, apesar de continuarem relativamente presentes no primeiro mandato de Dilma (CERVO; LESSA, 2014; MESQUITA, 2016).

Ainda que o abandono das ideias forças tenha de fato influenciado na ação externa brasileira, é reforçado que o próprio contexto nacional e a posição externa do Brasil aceleraram o esgotamento das ideias forças. Nesse sentido, é destacado a ausência de colaboração entre Estado e atores não governamentais, o que corroborou para a ineficiência da consolidação das ideias forças de dinamismo interno e do alcance da posição de potência internacional. Afetava-se, então, a construção social de uma política autônoma e ativa (CERVO; LESSA, 2014).

Assim, são perceptíveis as alterações na identidade internacional do Brasil, a partir do diálogo entre as transformações da narrativa e da prática da realidade interna e externa. Ressalta-se a perspectiva construtivista de co-constituição dos fatores: ao mesmo tempo que as alterações no padrão de atuação brasileira têm efeitos no sistema internacional, mudanças na estrutura também reverberam no Brasil. Apresentado brevemente a política externa brasileira, concerne verificar a aplicação dela no caso do confronto sírio em seguida.

#### 4.2 ATUAÇÃO BRASILEIRA NA GUERRA DA SÍRIA

Ao analisar a seção anterior, percebe-se que a identidade e os interesses nacionais brasileiros estavam voltados à abertura internacional, buscando-se uma maior participação do Brasil no sistema internacional de forma ativa desde 2003, ainda que essa política não tenha sido continuada de forma mais linear após a transição política em 2011. Nesta seção, é tratada



uma das principais propostas de negociação diplomática feitas pelo Brasil, em relação a um complexo conflito civil no sistema internacional. Para abordar mais detalhadamente ambos os objetos de análise da seção, é realizada uma nova divisão de tópicos, sendo que na primeira subseção é retratada a Guerra Civil da Síria em suas múltiplas facetas locais, regionais e internacionais, enquanto na segunda é tratada a formalização da proposta brasileira da Responsabilidade ao Proteger. Assim, é possível relacionar e contextualizar essa proposição com a própria identidade nacional do Brasil na época, para então analisar no próximo capítulo se o jornalismo interno apoiou ou não a política externa brasileira.

#### 4.2.1 Guerra Civil da Síria

Como enfoque do objeto de estudo, é fundamental entender a Guerra Civil da Síria em suas múltiplas dimensões – ou seja, compreender as causas e os efeitos no nível local, regional e internacional. Sua origem está fortemente relacionada à Primavera Árabe, movimento no qual uma série de protestos ocorreram na região do Oriente Médio e Norte da África entre 2010 e 2011. Essa mobilização se deu inicialmente na Tunísia, com manifestações populares contra as más condições socioeconômicas e a falta de medidas públicas eficazes pelo governo, que logo se disseminaram por outros Estados da região a partir de uma mesma identidade e valores, partilhando demandas de reformas políticas. De modo geral, a dinâmica dos levantes envolveu a continuidade de críticas aos governos locais, que já existiam na região e já haviam resultado em protestos anteriormente; a mobilização de diferentes setores sociais, cuja expansão é parcialmente explicada pela atuação de jovens ativistas nas redes sociais e pela vasta cobertura em mídias regionais consolidadas, com destaque para o Al Jazeera; a resposta dos regimes nacionais, com diferentes resultados políticos, desde a abdicação governamental e mudança de regime à repressão violenta das manifestações e ocorrência de guerras civis. Apesar da identidade em comum, cabe ressaltar que há especificidades nos fatores de origem e nos efeitos em cada um dos dezoito países envolvidos na Primavera Árabe<sup>18</sup> (LYNCH, 2014).

No caso da Síria, a Primavera Árabe expressou tensões internas históricas, além de pressões ambientais relativamente recentes. O maior descontentamento se dava pela continuidade do partido Baath no poder, que desde 1962 atuava como único partido político no país, tendo os governos mais duradouros na figura de Hafez al-Assad (1971-2000) e de Bashar

---

<sup>18</sup> Em ordem alfabética, são eles: Arábia Saudita; Argélia; Bahrein; Djibuti; Egito; Iêmen; Iraque; Jordânia; Kuwait; Líbano; Líbia; Mauritânia; Marrocos; Omã; Saara Ocidental; Síria; Sudão; e Tunísia (LYNCH, 2014).

al-Assad (2000-atual). Durante a transição de poder, estabeleceu-se um discurso de modernização e de abertura política que possibilitaria uma melhora nas condições socioeconômicas da população síria, mas que logo foi visto como vazio e abandonado, sendo mantidas as características autoritárias de antes. Assim, a elite político-militar do partido e do grupo étnico religioso alauita – do qual a família Assad faz parte – era favorecida em detrimento de outros grupos, como os sunitas e os cristãos, entre outros, que eram maioria na Síria. Essa disparidade socioeconômica foi reforçada após o longo período de seca no país entre 2006 e 2011, com o aumento das famílias sunitas em altos níveis de pobreza enquanto comunidades alauitas mantinham um alto padrão de vida, o que evidenciou até casos de corrupção e aumentou a insatisfação popular com o governo de Assad (BRITANNICA, 2023; KHAN; KHAN, 2017).

Essas tensões internas da Síria foram prontamente abarcadas pelos movimentos pró-reformas da Primavera Árabe, evoluindo gradativamente para o conflito civil. Diante de mais um período de seca no sul do país em 2011 e da ausência de medidas governamentais paliativas, um grupo de jovens realizou uma intervenção artística como forma de protesto e após identificados foram presos e torturados. A reação desproporcional do regime de Assad ocasionou revolta da população local, sendo organizadas manifestações pacíficas a favor da abertura política, inicialmente na região, mas que logo se espalharam por todo o país. Novamente, o governo reagiu com repressões violentas aos protestantes, o que aumentou a repercussão das manifestações e, em contrapartida, também resultou em demonstrações públicas a favor do regime. A isso pode ser considerado a influência dos pronunciamentos oficiais, que indicavam que os confrontos eram causados por extremistas sunitas, que passariam a perseguir comunidades de etnias e religiões diferentes, além de compará-los com o grupo terrorista Al-Qaeda<sup>19</sup>. Dessa forma, além do uso da força militar, também foi utilizado de propaganda política para reprimir as revoltas, que se mantiveram crescentes mesmo nesse contexto. A continuidade de ação e reação levou, em última instância, ao estabelecimento da Guerra Civil da Síria, que perdura de 2011 até o presente (BRITANNICA, 2023; PLOFCHAN, 2014).

Com a escalada da violência e a instauração do confronto civil, houve um inevitável vácuo no poder, que permitiu uma maior interferência estrangeira no conflito sírio. Em relação ao âmbito regional, o suporte aos grupos pró e contra Assad refletem interesses nacionais dos Estados no Oriente Médio, com uma ênfase em constituir-se como principal líder da região. O

---

<sup>19</sup> A Al-Qaeda é uma organização islâmica internacional. Inicialmente, seu foco era a retirada de tropas russas do Afeganistão, mas que logo se generalizou a favor da não interferência do Ocidente no Oriente, atuando por meio de atos terroristas em diversos países (BURKE, 2004).

principal apoiador árabe do regime atual é o Irã, que almeja aumentar a influência na região, apoiando financeiramente e militarmente o grupo Hezbollah<sup>20</sup>. A Turquia, apesar de apoiar a formação de um eixo sunita – com mais governos ligados ao sunismo –, diminuiu um pouco seu apoio à retirada de Assad nos últimos anos por influência russa, que também contesta o nacionalismo curdo<sup>21</sup>, que estaria sendo fortalecido pela atuação dos curdos na guerra síria. Uma das principais atuações da Turquia se dá por meio do Exército Livre da Síria (FSA), grupo revolucionário sírio que em conjunto com as tropas turcas combate as Forças Democráticas da Síria (SDF) e o Estado Islâmico (Daesh) (KHAN; KHAN, 2017; HUSSAIN, 2013; ENTENDA..., 2019).

De outro lado, diversos países árabes adotaram firmemente uma postura contra a continuidade do partido Baath no poder, ao mesmo tempo em que grupos terroristas ganharam presença na Síria, reduzindo a força política de Assad e agravando o vácuo no poder. De uma forma geral, a Liga Árabe demandou e apoiou a deposição do governo sírio, tendo inclusive suspenso a Síria da organização árabe. Deve-se destacar a participação da Arábia Saudita, que contestou a atuação iraniana na região para promover sua influência no Oriente Médio por meio do apoio técnico e financeiro às SDF, grupo formado por diferentes milícias contra o governo de Assad. Esse grupo também foi apoiado pelo Catar, que atuou na guerra síria para consolidar-se como potência regional e sustentar o estabelecimento do eixo sunita na região. Dentre outros atores relevantes na Guerra da Síria inclui-se o Daesh e o Jabhat Fateh al-Sham, ambas organizações jihadistas islâmicas que buscam fundar um califado – Estado governado de acordo com a lei islâmica – na Síria por meio de atos terroristas. Apesar dos dois grupos terem se aliado a milícias rebeldes sírias, agindo contra o regime de Assad, o intuito era fortalecer a presença e aceitação na região, contando inicialmente com apoio por vezes secreto de países regionais e ocidentais. Em contraste aos grupos terroristas, também ocorreu a participação ativa do povo curdo, principalmente através do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que fortaleceu a causa nacionalista pela atuação no conflito sírio (ABUKHALIL, 2018; KHAN; KHAN, 2017; HUSSAIN, 2013; ENTENDA..., 2019).

---

<sup>20</sup> O Hezbollah é uma organização islâmica transnacional. Seu interesse na guerra se deve a questões sectárias, apoiando a continuidade de um governo xiita – neste caso, especificamente, aluita a favor do regime de Assad (KHAN; KHAN, 2017).

<sup>21</sup> Os curdos são um povo islâmico que ocupa o Curdistão, no entanto constituem uma nação sem território oficial. Há um movimento de resistência em prol da formação do Estado-nação curdo, apoiado inclusive nas ações militares no conflito civil sírio (SPOHR; ANDRIOTTI; SOARES, 2011). Por isso, a Turquia – um dos países com maior população curda – recuou relativamente sua oposição ao governo de Assad, como forma de impedir a concretização desse projeto e manter sua unidade político-territorial (KHAN; KHAN, 2017).

Em âmbito global, a guerra civil teve constante interferência de potências ocidentais e orientais desde o início, de modo que ambos os lados tiveram apoio estrangeiro. Em favor da deposição de Assad, é notável a participação dos Estados Unidos, correspondendo à sua política externa de presença contínua em temas securitários internacionais. Em específico no conflito sírio, tinha-se o intuito de diminuir a influência iraniana na região, além de garantir a segurança de Israel – historicamente, o Estado israelense e o sírio são rivais e estão em estado de guerra desde 1948, sendo que com o confronto civil houve um aumento de tensões na fronteira. A atuação estadunidense se dá pela formação de uma coalizão internacional, pelo apoio ao SDF e ao PKK, e pela ajuda humanitária, junto com países como a França e o Reino Unido, entre outros. Para objetar a influência estadunidense no OMNA, a Rússia e a China atuam a favor do regime de Assad, tanto com apoio financeiro a milícias locais favoráveis ao partido Baath como por meio de vetos em resoluções que condenam o governo sírio no CSNU (HUSSAIN, 2013; KHAN; KHAN, 2017).

Ao analisar a dimensão regional e internacional na Guerra da Síria, é possível argumentar que a continuidade do confronto serviu aos interesses estrangeiros, desconsiderando efeitos internos. Apesar do discurso enfatizando a brutalidade e o retrocesso socioeconômico da população – utilizado tanto pró quanto contra o regime de Assad –, logo há substituição de uma “linguagem de poder dominante”, indicando mais uma mudança na interpretação do discurso, para indicar a intervenção direta, do que uma mudança nas intenções da representação do poder e da política externa de outras nações no confronto sírio. Esse conflito tornou-se uma guerra *proxy* de diferentes Estados e com diferentes motivações. As potências regionais e internacionais, portanto, tinham pretensão de interferência desde o início da Guerra Síria, não com o objetivo de estabelecer uma resolução, mas de impor seus respectivos interesses (PHILLIPS, 2020). Como afirma Christopher Phillips (2020, p. 45-46, tradução nossa<sup>22</sup>): “em essência, atores externos deram aos lados o suficiente para continuar lutando, mas não o suficiente para ganhar, criando um impasse”.

Atualmente, há a continuidade do estado de guerra, ainda que as forças políticas estejam menos instáveis, de modo que a maior evidência do conflito é a contínua crise humanitária na Síria. Mesmo com a regressão do Daesh e do Jabhat Fateh al-Sham, além do avanço de outras agendas internacionais que retraem a atividade estrangeira no Estado sírio, sérios indicadores socioeconômicos persistem deteriorando-se desde 2011 devido à violência

---

<sup>22</sup> No original: “In essence, external players gave the sides enough to keep fighting, but not enough to win, creating a stalemate. Indeed, the general pattern of the conflict was of escalation and counter-escalation” (PHILLIPS, 2020, p. 45-46).

extrema do conflito, que envolve desde bombardeios aéreos ao uso de armas químicas. Como exemplo, é possível citar os altos índices de sírios que necessitam de assistência humanitária, estimado em 15,3 milhões; de insegurança alimentar, que abrange cerca de 12,1 milhões; de extrema pobreza, correspondendo a 50% da população síria; de fatalidades, admitidas entre 350 mil a 400 mil vítimas; sendo que essas condições são agravadas por crises ambientais<sup>23</sup>. Um dos principais efeitos dessa realidade é o alto nível de deslocamento forçado, totalizando aproximadamente 5,4 milhões de refugiados registrados em outras nações e 6,8 milhões de sírios deslocados no próprio país. Sobre esse ponto é relevante apontar que a maior parte dos refugiados se direcionam para Estados do OMNA, mas que a crise dos refugiados ganhou atenção em meados de 2014 e 2016, quando atingiu a União Europeia<sup>24</sup>. Independentemente da localização, diversas dificuldades e condições não dignas de vida são impostas aos sírios, sendo difícil supor um fim para a crise humanitária em um futuro próximo (CENTER FOR DISASTER PHILANTHROPY, 2013; HRW, 2022).

Na próxima subseção é frisado a atuação internacional na busca por uma resolução do conflito sírio, especificamente a proposta RwP e como ela se insere no contexto já discutido da política externa brasileira e da Guerra Civil da Síria.

#### **4.2.2 O Princípio da Responsabilidade ao Proteger**

A relevância da dimensão interna e externa na Guerra da Síria foi fundamental para a proposição da Responsabilidade ao Proteger na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) pela delegação brasileira em 2011, cuja formulação envolvia a definição de um novo imperativo normativo no sistema internacional. Sua conceitualização partia do reconhecimento global da soberania estatal sobre seus respectivos território e povo, limitada excepcionalmente pelo dever internacional de intervir somente quando o Estado não cumprir com as responsabilidades de proteção à sua população. A partir disso, a proposta brasileira sugere a imposição de um

---

<sup>23</sup> Por exemplo, em fevereiro de 2023 ocorreu um terremoto de alta magnitude na Turquia, que também afetou o norte do território sírio, debilitando ainda mais a infraestrutura local e ocasionando mais fatalidades; e em 2021 ocorreu a maior seca já registrada na Síria, contribuindo para o aumento da insegurança alimentar e uma piora nas condições de saúde (CDP..., 2023).

<sup>24</sup> A Crise Migratória Europeia refere-se ao período entre 2014 e 2016 em que houve um aumento significativo de refugiados do OMNA – majoritariamente da Síria, no contexto da guerra civil – solicitando asilo na Europa, sem seguir o processo burocrático e legal de migração. A reação europeia envolveu o fechamento das fronteiras, o que deteriorou as condições de viagem migratórias e a recepção de refugiados, que por vezes eram realocados para outros Estados. Essa crise humanitária foi disposta como uma crise europeia no Ocidente por meio da vasta atuação da mídia internacional, que usou de imagens impactantes de refugiados na Europa para moldar a percepção coletiva sobre o tema (ABDO; CABECINHAS; BRITES, 2019).

processo lógico e cronológico, o qual seria prescrito após o esgotamento de todas medidas pacíficas plausíveis por autorização expressa do CSNU, que também seria incumbido do supervisionamento do desfecho. O principal ponto, no entanto, refere-se à aplicação do uso da força internacional com a única finalidade de pôr fim à situação original de crise, devendo ser obrigatoriamente interrompida assim que a estabilidade humanitária seja restabelecida com o apoio internacional, o que, em tese, impediria a superposição de interesses externos e aproveitamento de disputas locais para ganho privado, algo presente no confronto sírio (BENNER, 2013; QUINT-BROWN, 2013).

Esse ponto destaca-se não somente pelo idealismo, mas também pelo teor crítico à politização do uso da força internacional por potências ocidentais, principalmente após controvérsias do emprego da Responsabilidade de Proteger (*Responsibility to Protect* - R2P). Estabelecido em 2005 pela AGNU, o princípio R2P também tem como fundamento a premissa de que os países são soberanos e responsáveis pela proteção civil, cabendo ao sistema internacional aplicar medidas diversas – incluindo o uso da força pelo CSNU – em caso de crises humanitárias sem resposta eficaz do Estado. Entre as múltiplas aplicações desse conceito, o caso da Líbia<sup>25</sup> gerou altas críticas. A aprovação da Resolução 1973 pelo CSNU permitiu a implementação de uma zona de exclusão aérea para proteger os civis de Bengasi pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), porém, mesmo após a conclusão desse ponto, houve a continuidade de tropas estrangeiras na região direcionadas para a mudança de regime, conforme interesse internacional (BENNER, 2013; SIEBENS; CASE, 2012).

Nesse sentido, a R2P foi vista por países emergentes como um artifício estratégico de uso privado pelas potências internacionais, questionando-se a efetividade desse princípio. Resumidamente, o argumento adotado é que esses Estados estariam garantindo interesses nacionais sob o pretexto de crises humanitárias, com resultados contraditórios para as tensões sociais internas (BENNER, 2013; SIEBENS; CASE, 2012). Como aponta Oliver Stuenkel (2013, p. 63), no Ocidente, “ela [a intervenção externa na Líbia] foi considerada um grande sucesso; no Sul global, um retrocesso”. A RWP, então, é projetada como um aprofundamento do R2P, à medida em que mantém o objetivo de garantir a proteção dos direitos civis e humanos simultâneo ao cumprimento de obrigações pelos atores da intervenção internacional (BENNER, 2013; STUENKEL, 2013).

---

<sup>25</sup> Similar ao caso da Guerra Civil da Síria, a internalização da Primavera Árabe na Líbia ascendeu descontentamentos políticos prévios, cujas manifestações contra o governo de Muammar al-Gaddafi (1969-2011) foram brutalmente reprimidas pelas forças militares. O início da Guerra Civil da Líbia ocorreu ainda em 2011, tendo sido intensificado devido à intervenção externa (SIEBENS; CASE, 2012).

A nota conceitual da RWP formaliza uma estrutura de intervenção externa. Primeiro, deve-se proceder de acordo com um sequenciamento cronológico, respeitando a subordinação política e o princípio de soberania estatal; segundo, é preciso garantir que outras possibilidades de ação internacional estão esgotadas; e terceiro, as consequências militares devem ser ponderadas, sendo que o uso da força deve ser aprovado pelo CSNU e restrito a seus objetivos operacionais. Ainda que não possa ser descrito como vanguardista, por ser complementar a uma norma internacional vigente, a Responsabilidade ao Proteger pôde ser considerada progressista ao questionar explicitamente a legitimidade de intervenções externas consentidas por órgãos internacionais, considerando-se ainda relevante a proposição partir de um país emergente (BENNER, 2013; QUINT-BROWN, 2013).

Sobre o posicionamento brasileiro, cabe relacioná-lo dentro da identidade nacional contemporânea e da dimensão externa do conflito sírio. Como visto na subseção anterior, em 2011 o governo ainda detinha um grande prestígio global, adquirido pela vasta abertura político-econômica durante o governo Lula, a qual foi relativamente continuada na transição para o governo Dilma, ainda que com um maior enfoque nos princípios democráticos e universais admitidos pelo Brasil. Um exemplo pertinente dessa política externa ativa e altiva contínua foi a assunção do Brasil a um dos assentos não-permanentes do Conselho de Segurança no biênio 2011-2012, que servia também como uma forma de advogar pela presença permanente do país no órgão. Nesse sentido, a proposta de uma nova norma internacional fortalecia essa demanda brasileira, pois demonstrava o potencial brasileiro de apresentar iniciativas diplomáticas concretas para estabelecer a equidade mundial, indo além do argumento convencional de ser um representante do Sul global (BENNER, 2013; WACHHOLTZ, 2019). É possível argumentar, portanto, que o RWP é em parte mais contextualizado pelo interesse nacional do Brasil do que pela crise humanitária da Síria, de forma similar a outras ações internacionais inseridas nessa dimensão do confronto sírio.

As reações à proposta brasileira foram mistas, justamente pelas diferentes perspectivas possíveis acerca da intenção em articular novas normas no sistema internacional. Os países do Sul, principalmente os representantes do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), apoiaram a resolução brasileira, sugerindo uma reunião para o refinamento coletivo do conceito. Por outro lado, países como Estados Unidos e Alemanha mostraram-se reticentes sobre a força da RWP, sendo apontado a falta de uma definição conceitual precisa, cuja abstração na sequência cronológica poderia retardar demasiadamente a ajuda humanitária. Contudo, assinala-se também o descontentamento das potências ocidentais com as votações e

atitudes do IBAS<sup>26</sup> em relação ao confronto sírio e, mais relevante, a insatisfação com a perspectiva de alteração nas normas internacionais (BENNER, 2013; WACHHOLTZ, 2019). Benner (2013) discorre sobre o tópico e indica que as críticas das potências extrapolam as falhas do RWP, incorporando concepções internas sobre a manutenção do *status quo* que rejeitam “uma política não linear e aberta de contestação e evolução de normas, na qual as potências não ocidentais também desempenham papéis importantes” (BENNER, 2013, p. 6, tradução nossa<sup>27</sup>).

Neste capítulo, portanto, percebe-se que a identidade nacional do Brasil era voltada para uma participação ativa no sistema internacional, refletida em uma política externa autônoma e ativa. Na agenda externa do Estado entre 2003-2014, a aproximação com o Oriente Médio teve destaque, tendo as relações sírio-brasileiras sido uma das mais prósperas nesse sentido, visto laços culturais já existentes que facilitaram o desenvolvimento de parcerias políticas, sociais e econômicas que visassem o desenvolvimento de ambos os países. Para o Brasil, o interesse ainda se dava na validação do país como um representante do Sul global, e não somente da América Latina. Com a iminência da Guerra Civil da Síria, a delegação brasileira utilizou dessa posição para mediar negociações de resolução da crise humanitária síria, sendo uma das principais propostas a institucionalização do conceito de Responsabilidade ao Proteger. Essa proposta, que estava alinhada aos interesses brasileiros e respaldava minimamente demandas do Sul pela não intervenção externa em medidas de cooperação internacional, foi criticada pelas potências do Norte, que se mostraram majoritariamente contrárias à reformulação das regras e normas que moldam o sistema por outros países. Apresentada essa contextualização, é possível seguir com a pesquisa para avaliar se o discurso jornalístico apresentado apoiou a política externa brasileira, ou, em caso negativo, se destacou outra atuação internacional no conflito sírio.

---

<sup>26</sup> Cabe relevar que o IBAS é um acordo trilateral ratificado em 2003 para promover a cooperação Sul-Sul, ao institucionalizar relações diplomáticas entre as potências em desenvolvimento regionais. No biênio de 2011-2012, as delegações dos três Estados faziam parte do CSNU como membros não-permanentes, fortalecendo a barganha de negociação do Sul, inclusive em relação a decisões referentes à Guerra da Síria. Nesse tópico, o IBAS também atuou fora da estrutura da ONU como mediador de debates para a resolução do conflito, o que foi visto como um estorvo para o andamento de negociações do CSNU, assim como tiveram votos em comitês da ONU tidos como controversos pelo Ocidente. O principal caso foi na votação do rascunho de resolução 612 (2011) do Conselho de Segurança, que condenava a crise humanitária síria e impunha sanções diversas, cuja abstenção dos Estados da IBAS foi visto como alinhamento político à Rússia e à China, que vetaram o rascunho (WACHHOLTZ, 2019; FIOREZE, 2021).

<sup>27</sup> No original: nonlinear, open-ended politics of norm contestation and evolution in which non-Western powers also play important roles (BENNER, 2013, p. 6).



## 5 ESTUDO DE CASO: A SÍRIA, O BRASIL E A FOLHA DE S. PAULO

Este capítulo aborda especificamente a pergunta de pesquisa da presente monografia – considerando a proposta do Brasil de estabelecer o princípio Responsabilidade ao Proteger no sistema ONU, no contexto da Guerra Civil da Síria, o jornalismo nacional favoreceu a consolidação da política externa autônoma entre 2011 e 2014? Para testar a hipótese que a mídia brasileira priorizou um alinhamento com as grandes potências ocidentais, ao minimizar a cobertura independente do conflito e assim enfraquecer a imagem de uma política externa autônoma do Brasil, é feito um estudo quantitativo e qualitativo, conforme proposto na seção “Método misto” no segundo capítulo.

Pela metodologia quantitativa, é verificado o quanto a guerra síria e a atuação brasileira foram relatadas pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014, de forma a estabelecer o nível de cobertura midiática concedida pelo jornal brasileiro. Por outro lado, a metodologia qualitativa apoia a análise do discurso aplicada nos meses de maior e menor cobertura, para então avaliar como esse discurso afeta a percepção coletiva da política externa do Brasil. Nesse sentido, o método utilizado foi a análise crítica do discurso, apresentada na segunda seção do capítulo dois. A partir da base teórica construtivista, também são utilizados conceitos relativos à interação mídia-política externa exposta no capítulo três para a avaliação da hipótese, que é contextualizado pelo estudo da Guerra Civil da Síria e da política externa brasileira realizado no capítulo quatro.

### 5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

O uso do método quantitativo nesta pesquisa serve para estabelecer o quanto os temas da Guerra da Síria e da proposta RWP foram abordados ao longo de 2011 e 2014 nas reportagens da Folha de S. Paulo, o que nos permite supor o quão relevante o evento foi no sistema internacional e no Brasil em uma proporção direta básica – uma maior quantidade de notícias indicando um maior impacto do conflito sírio na política internacional e na política externa do Brasil. Assim, não é aprofundado neste trabalho aspectos como relevância jornalística e questões comerciais, entre outros, na definição dos enfoques das notícias, partindo da premissa de que os momentos considerados mais importantes foram os mais noticiados. A partir disso, é possível delinear os períodos mais e menos impactantes e os contrapor com os eventos pontuais do conflito sírio e da atuação brasileira para avaliar os tópicos tidos como mais importantes na análise qualitativa.

O processo de pesquisa quantitativa foi feito em quatro partes. A primeira foi a busca pelo termo “Síria” no *site* da Folha de S. Paulo, com os filtros de seção editorial e de período personalizado (início e fim de cada mês entre 2011 e 2014). O termo foi escolhido como alternativa de “Guerra da Síria” para evitar exclusão de notícias que utilizassem sinônimos como conflito e confronto, ou outros termos. Em seguida, foram filtradas as matérias que estavam relacionadas de fato à guerra civil, incluindo-se notícias referentes a todas as dimensões do conflito. Foi escolhido incluir a proposição RWP como parte da dimensão internacional da guerra e não como uma pesquisa à parte, pois foi verificado que a busca pelo termo “Responsabilidade ao Proteger” indicava notícias já registradas ao pesquisar “Síria”.

O Gráfico 3 apresenta o contraste entre o total de notícias sobre a Síria e sobre a guerra especificamente, sendo perceptível um declínio nas reportagens específicas sobre o conflito no decorrer dos anos delimitados. Ainda que não tenha sido feito um detalhamento nos temas das outras notícias, é perceptível para a autora que o Estado sírio passou a ser usado mais como referência para abordar conflitos nos países vizinhos, diminuindo o foco da evolução da própria guerra síria. De certa forma, isso reflete a dinâmica desse confronto, visto seu início em março de 2011 ainda como repressão às manifestações populares e escalada da violência em 2012, quando o CICV define o conflito como guerra civil (PLOFCHAN, 2014). Com a continuidade das hostilidades entre os grupos pró e contra Assad em 2013 e 2014, o enfoque das notícias tornou-se sobre eventos mais pontuais e específicos, explicando a redução relativa da quantidade de notícias ao longo dos anos.

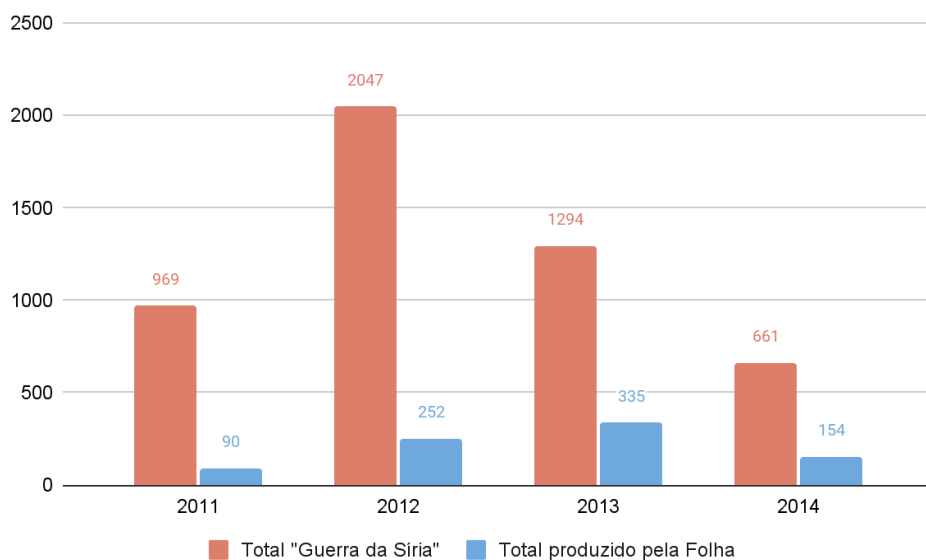
**Gráfico 3 – Especificação da publicação de notícias sobre a Guerra da Síria pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014**



Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira parte da pesquisa foi a validação de quais reportagens foram produzidas pela Folha de S. Paulo e quais eram externas. Cabe ressaltar que é comum organizações especializadas coletarem informações e repassarem para os veículos de imprensa, com a finalidade de suprir a necessidade de ter correspondentes fixos em diferentes locais (NATALI, 2004). Isso é perceptível nesta pesquisa pelos dados expostos no Gráfico 4, que apresenta a alta quantidade de notícias sobre o conflito sírio de agências de comunicação reproduzidas pela Folha de S. Paulo, que também incluiu no seu *site* reportagens de jornais internacionais. É importante fazer essa distinção, já que o objetivo deste trabalho é identificar se a cobertura nacional, a partir da amostragem da Folha de S. Paulo, refletiu a política externa do Brasil e seus interesses, sendo imprescindível avaliar a produção no nível jornalístico internacional – em outras palavras, analisar notícias que fazem parte de uma abordagem específica na abordagem de temas internacionais conforme classificação de Gilboa *et al.* (2016) para então averiguar se essa perspectiva favorece os interesses brasileiros ou não.

**Gráfico 4 – Comparação entre o total de notícias sobre a Guerra da Síria publicadas na Folha de S. Paulo e o total de notícias sobre a Guerra da Síria produzidas pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014**

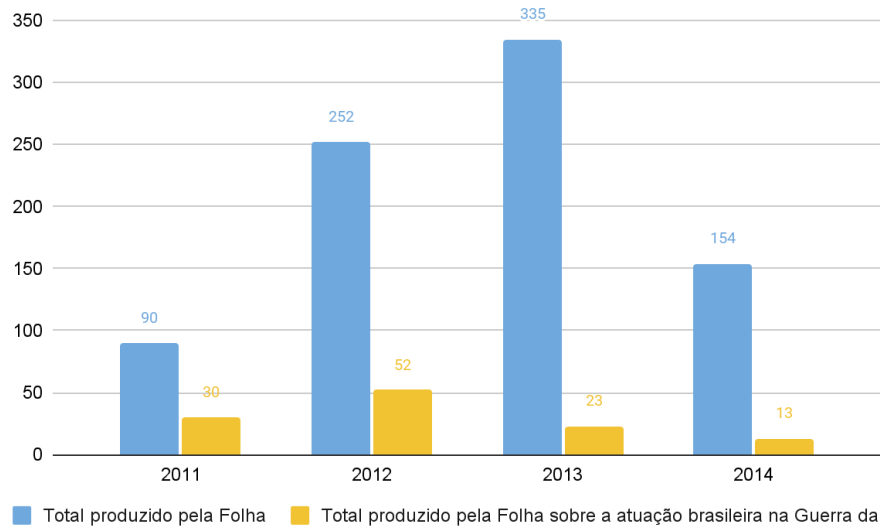


Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, foi analisado quais notícias produzidas internamente sobre o conflito civil sírio abordaram a política externa brasileira, cujas informações estão expostas no Gráfico 5. É esse conjunto de reportagens da Folha de S. Paulo que é considerado para a realização da análise qualitativa na próxima seção. Para delimitar o período mensal com mais e menos notícias, foram feitos recortes com todos os dados já citados (total da busca por “Síria”, total de reportagens

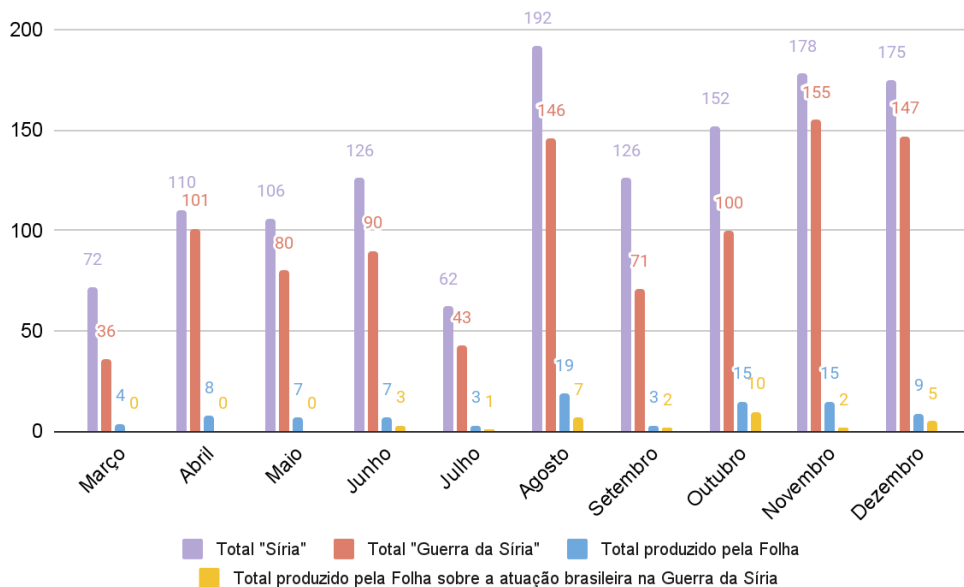
sobre a Guerra Civil da Síria, total de notícias produzidas internamente e total de notícias da Folha de S. Paulo com o enfoque na participação brasileira no conflito sírio) para cada mês dos anos entre 2011<sup>28</sup> e 2014, apresentados nos Gráficos 6 a 9, respectivamente.

**Gráfico 5 – Total de notícias sobre a atuação do Brasil no contexto da Guerra da Síria produzidas pela Folha de S. Paulo entre 2011 e 2014**



Fonte: Elaborado pela autora.

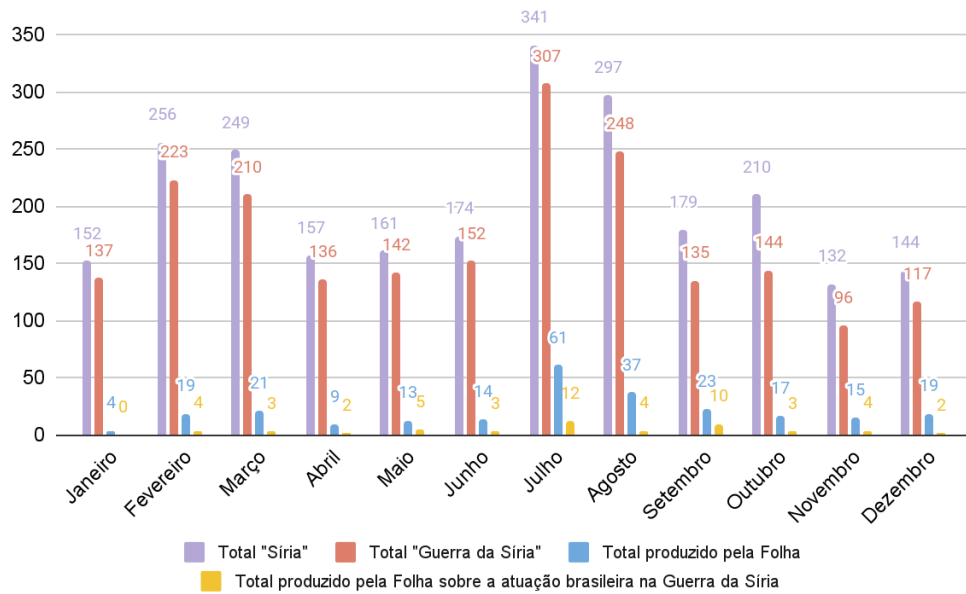
**Gráfico 6 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2011**



Fonte: Elaborado pela autora.

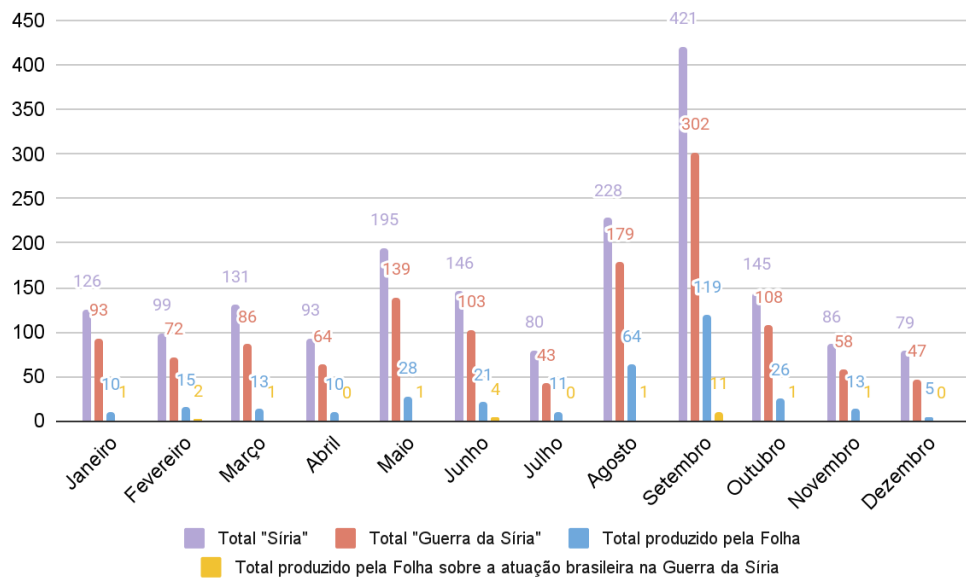
<sup>28</sup> No caso de 2011, foi considerado março como primeiro mês de análise, uma vez que o primeiro ato de repressão governamental a manifestações populares, estopim do conflito civil sírio, ocorreu neste mês (PLOFCHAN, 2014).

**Gráfico 7 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2012**



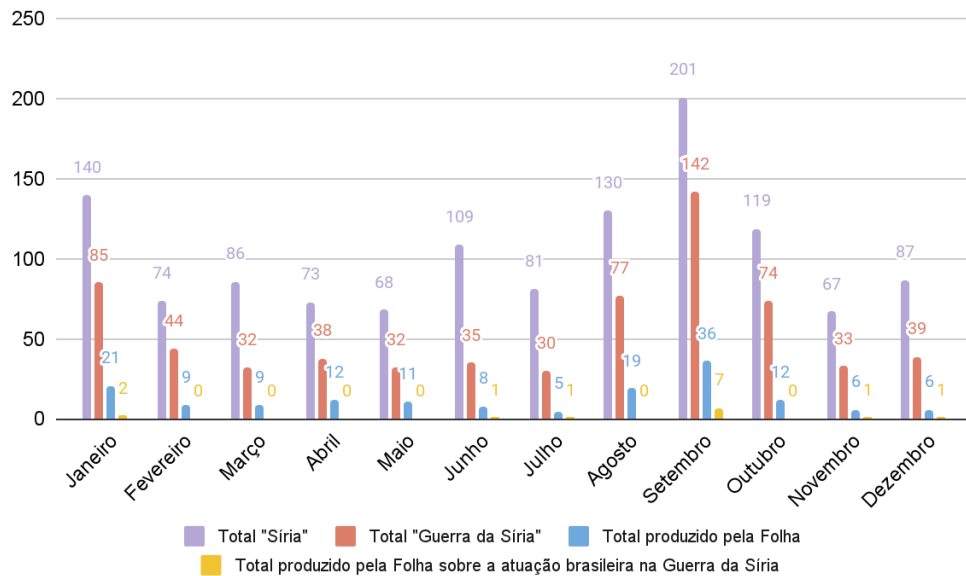
Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 8 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2013**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 9 – Dados mensais sobre a publicação de notícias na Folha de S. Paulo sobre a Guerra Civil da Síria em 2014**



Fonte: Elaborado pela autora.

Antes de dar sequência para a análise qualitativa, cabe fazer algumas observações. A partir dos dados mensais é mais perceptível que a quantidade de notícias produzidas pela Folha de S. Paulo é ínfima comparada ao total publicado, dificultando a exposição de uma perspectiva brasileira sobre o conflito sírio e a consolidação de uma imagem coletiva forte sobre a política externa brasileira. Mesmo o ano com mais reportagens escritas e editadas pela Folha de S. Paulo (2013) não configura um período de grande participação brasileira em debates internacionais sobre a resolução do conflito sírio, o que é notado nos assuntos das reportagens. Novamente, reitera-se que não foi feito um detalhamento nos temas de notícias não relacionadas à atuação do Brasil na guerra síria, porém foi observado que a alta quantidade de notícias em 2013 foi devido ao uso de armas químicas contra os grupos opositores pelo governo sírio e também pela decisão de intervenção militar estadunidense especificamente em agosto e setembro desse ano, sendo que o segundo tópico foi o principal retratado nos editoriais produzidos pela Folha de S. Paulo nesses meses.

Em comparação, os momentos de maior quantidade de notícias da Folha de S. Paulo sobre a atuação brasileira no conflito sírio não podem ser explicados unicamente por uma maior participação do Brasil. Isso se dá pois os períodos mais importantes relacionados à proposta da RWP, que seriam referentes à apresentação do conceito na abertura da reunião geral da AGNU em setembro de 2011 e à retomada da proposição na reunião do comitê em setembro de 2012, possuem uma cobertura maior justamente por estarem dentro da reunião da AGNU, tanto que o mês de setembro é um dos meses com mais notícias próprias e sobre a atuação brasileira nos

quatro anos analisados. Assim, partindo da premissa descrita no início da seção, que indica uma relação proporcional direta entre a quantidade de editoriais e a importância do fato na política internacional e na nacional, é possível inferir que o jornal brasileiro não concedeu muita relevância à proposta da Responsabilidade ao Proteger, ainda que tenha sido um marco na política externa brasileira – neste trabalho especialmente, a proposição é delineada como a participação mais relevante do Brasil no contexto da guerra síria, de acordo com estudo do interesse nacional.

## 5.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Para avaliar se o discurso das notícias fortalece ou marginaliza a política externa do Brasil, é feita a análise de discurso, cuja estrutura foi adaptada de Carvalho (2008), conforme mencionado no capítulo 2. Os períodos escolhidos para a amostragem dos textos foram o de junho de 2014, por ser o mês com a menor quantidade de notícias sobre a atuação brasileira<sup>29</sup>, e o de setembro de 2013, mês com a maior quantidade de matérias. Primeiramente, em cada texto é analisado brevemente os elementos textuais do discurso midiático (ou seja, o *layout* e a organização estrutural; os objetos; os atores; a autoria; a linguagem e a retórica; e as estratégias discursivas; sem ser seguido uma ordem padronizada para essa análise) para em sequência fazer o estudo contextual. O aspecto “histórico-diacrônico” dessa pesquisa enfatiza o panorama social, político, histórico e institucional da Síria e do Brasil em 2011 e 2014, apresentado no capítulo quatro e detalhado mais especificamente com o momento de publicação quando julgado necessário. Já o fator “comparativo-sincrônico” é incorporado pela proposta de analisar a política externa brasileira no conflito sírio nos meses com mais e com menos reportagens próprias, possibilitando o estudo de diferentes unidades de análise sobre um mesmo assunto. O acesso às matérias usadas nesta seção estão destacados na Tabela 1, disponível no Apêndice A.

Em julho de 2012, foram publicadas 12 notícias da Folha de S. Paulo sobre a participação brasileira no conflito sírio. A primeira, com a manchete “Patriota diz ainda acreditar em saída diplomática na Síria”, foi publicada no dia 10 e escrita por Nádia Guerlenda<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Apesar de outros meses também terem somente uma notícia publicada dentro do parâmetro estabelecido, foi utilizado a quantidade por trimestre como diferenciador – entre os meses de abril a junho, somente uma reportagem foi feita. Por exemplo, em comparação, o mês de julho também só teve uma matéria divulgada, porém o trimestre julho a setembro possuiu no total oito reportagens.

<sup>30</sup> Nádia Guerlenda Cabral foi escritora da Folha de S. Paulo entre 2010 e 2013. Ela possui bacharelado em Direito pela Universidade de São Paulo e mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Erfurt. Suas áreas de interesse e atuação profissional são relacionadas a direitos digitais, relações de gênero, e desenvolvimento sustentável e inclusivo.

para o editorial Mundo. O *layout* segue o padrão geral do jornal (título em destaque, seguido por informações da escrita e da publicação antes do texto), com uma retórica coesa e zelo pela linguagem culta e impessoal, restringindo ao máximo o uso de adjetivos ao parafraseamento dos atores. Apesar de não usar imagens para enfatizar algum trecho, utiliza muitas citações diretas do então ministro do MRE, Antonio Patriota, conferindo maior credibilidade à matéria. O objeto do discurso é justamente a perspectiva do ministro sobre a resolução da crise síria, e por isso ele é o principal ator da notícia, que também envolve o Kofi Annan, enviado especial da ONU à Síria, e o Grupo de Ação para a Síria.

A estratégia geral do discurso é posicionar o Brasil como um dos atores participantes na resolução da guerra da Síria e legitimar os processos diplomáticos, sem citar diretamente as decisões sobre as possibilidades de ação internacional ou descrever a violência na Síria. Desse modo, a diplomacia midiática aplicada serve para estabelecer confiança nos processos de negociação dos quais o Brasil faz parte para a sociedade. Na época, a delegação brasileira buscava manter a política externa ativa e autônoma, aproveitando-se do prestígio alcançado no sistema internacional nos anos anteriores, de modo que as falas do ministro foram bem pontuadas para consolidar essa imagem (WACHHOLTZ, 2019). O período também era marcado pela escalada da violência por tropas sírias e opositoras, dificultando o estabelecimento de um cenário propício a um cessar-fogo, o que torna curiosa a ausência de referências a ações militares e o apoio estrangeiro no país (PLOFCHAN, 2014).

O aumento da violência também é o principal contexto da notícia “Brasil condena massacre em vilarejo na Síria”. Há uma pequena diferença no *layout*, uma vez que não é identificado o(a) escritor(a) da reportagem, tendo também uma classificação extra além do editorial Mundo – essa reportagem faz parte da série especial Onda de Revoltas da Folha de S. Paulo, que organiza cronologicamente algumas notícias sobre o conflito sírio. Também há uma quebra no texto para dividir o objeto da notícia em duas partes. Na primeira, é tratada a condenação da delegação brasileira a ataques das forças de Assad contra civis, com a estratégia também de posicionar ativamente o Brasil na resolução do conflito sírio, entrelaçando o país ao plano de paz de seis pontos para a Síria. No entanto, não é feita nenhuma referência a propostas e princípios defendidos pelo Brasil. Já na segunda parte, é explorado o uso desmedido da força governamental, politizando o ataque e direcionando a responsabilidade de morte civil ao governo sírio, por meio do parafraseamento da rede televisiva síria Sana e do Observatório Sírio dos Direitos Humanos, principais atores referidos na segunda parte.

Em seguida, o objeto das notícias é direcionado para a análise sobre a continuidade de funcionários da embaixada brasileira na Síria. Inicialmente, duas matérias foram feitas sobre o



assunto: “Itamaraty se prepara para a retirada de brasileiros da Síria” em 19 de julho, sem ser identificado o(a) autor(a); e “Governo retirará brasileiros da Síria caso necessário, diz Presidência” por Kelly Matos<sup>31</sup> em 20 de julho. Ambas as notícias não possuem imagens ilustrativas. Enquanto o primeiro texto é mais objetivo e com o intuito de enquadrar a operação como uma reação às circunstâncias recentes, incluindo só o embaixador Edgard Casciano como ator, a segunda notícia é mais detalhada para legitimar a decisão de fechamento da embaixada brasileira caso necessário, e inclui como atores a presidenta Dilma, o assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, o ministro Patriota, além do embaixador Casciano.

Pelo maior detalhamento, o segundo texto é separado em quatro seções, que focam em diferentes aspectos da decisão brasileira, apoiando a noção de que seria uma medida necessária e temporária, sem representar um rompimento diplomático entre os países. Esse aspecto é importante para a política externa brasileira, visto que alguns países árabes e algumas potências ocidentais já haviam decidido fechar anteriormente suas embaixadas como uma forma de protesto à continuidade do governo Baath e da violência governamental contra a sociedade síria (PLOFCHAN, 2014). Como o Brasil manteve um posicionamento neutro sobre a continuidade de Assad no poder, revela-se oportuno o discurso sobre a especificidade da decisão.

O mesmo objeto de discurso continuou com destaque nas notícias sobre a atuação brasileira na guerra síria. A matéria “Situação na Síria se deteriora e é imprevisível, diz Patriota” de Kelly Matos em 20 de julho é dividida em duas seções, sendo que a primeira foca no contexto da decisão, na qual são usadas citações diretas do ministro das Relações Exteriores do Brasil. É interessante também perceber que essa reportagem, principalmente a manchete, também serve como um contraponto a “Patriota diz ainda acreditar em saída diplomática na Síria”, considerando-se a morte de oficiais do governo e embates sobre resoluções de sanções internacionais à Síria, que molda uma percepção mais negativa no MRE (PLOFCHAN, 2014). Já a notícia “Brasil avaliou por 7 meses retirada de embaixador da Síria”, sem autoria, de 25 de julho, tem como diferencial a “revelação” de que o plano de fechamento da embaixada brasileira e retirada de brasileiros na Síria foi planejado para se fosse necessário, além de contar com uma imagem de refugiados sírios no Líbano – com pouca relação direta com o objeto da matéria, mas que internaliza a gravidade da situação, de modo a reforçar a necessidade de um plano para proteger cidadãos brasileiros que habitam a região. Ambas foram publicadas no editorial

---

<sup>31</sup> Kelly Matos é jornalista e radialista do Grupo RBS desde 2006 até o presente, tendo participado da Folha de S. Paulo entre 2012 e 2013. Possui bacharelado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e mestrado pela Universidade de La Salles na área de Diversidade e Desenvolvimento de Práticas Inclusivas.

Mundo, novamente retratando Antonio Patriota e Edgard Casciano como os atores principais, com a estratégia de legitimar logicamente a decisão de fechar a embaixada, sem imputar um peso negativo às relações sírio-brasileiras.

Em 20 de julho, foi publicado “Diante da violência, mais sírios têm buscado o Brasil”. Escrita por Isabel Heck, a matéria faz parte da série Onda de Revoltas e tem como objeto de discurso a entrada de sírios no Brasil. O texto apresenta duas seções, tratando primeiro sobre o aumento na solicitação de vistos brasileiros para sírios, com citações diretas do embaixador Casciano e dados do Itamaraty para credibilizar a informação e estabelecer uma proximidade cultural e histórica entre as duas sociedades; e em seguida relatando a percepção pessoal de Moukhles Al Bnnoud, imigrante sírio, que aborda tanto sua experiência individual e da família quanto sua opinião sobre o desfecho do conflito.

A perspectiva relativamente positiva de Bnnoud sobre o fim próximo da guerra e vitória dos opositores, junto com a informação brasileira de que a maioria dos vistos emitidos é de turismo, provoca a sensação de que a maior abertura a imigrantes sírios é algo específico do momento, com pouca probabilidade de perdurar a longo prazo. A reportagem apresenta ainda uma foto de uma manifestação contra o governo de Assad em São Paulo, organizada por imigrantes sírios e libaneses já no país. Desse modo, o texto banaliza os aspectos políticos relacionados à maior procura de sírios pela imigração ao Brasil, seja temporária ou permanente, ao focar mais nos motivos socioculturais da escolha, retratando pouco as causas relacionadas à própria guerra. Mesmo a política externa brasileira de facilitar e acelerar o processo foi minimizada na reportagem, que também não relaciona o momento com a expectativa de fechamento do consulado, apesar das notícias do dia já abordarem o tema.

O objeto do discurso das notícias passa a ser mais relacionado com a atuação brasileira na guerra síria a partir de 25 de julho. A primeira notícia com esse intuito é “País abre 'canal de diálogo' com a oposição síria”, de Marcelo Ninio<sup>32</sup>, que relata uma aproximação do Brasil com grupos sírios opositores ao governo sírio. A notícia não aponta datas específicas dos encontros entre as partes, mas destaca a participação do embaixador brasileiro Casciano e de Riad Seif, da Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias (SNC), que se tornou um dos grupos líderes dos opositores políticos ao governo de Assad (BRITANNICA, 2023). É

---

<sup>32</sup> Marcelo Ninio é bacharel em Jornalismo (universidade não identificada) e é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Foi correspondente do Oriente Médio em Jerusalém para a Folha de S. Paulo entre 2009 e 2013, tendo atuado como correspondente também em outras regiões no período que permaneceu no jornal paulista (2007 a 2017).

interessante que há a afirmação de que todos os grupos opositores foram chamados<sup>33</sup>, mas somente o SNC é citado, sendo todos tratados como dissidentes do governo sírio. Pelo posicionamento brasileiro de neutralidade em relação à continuidade do governo sírio e para não reconhecer unicamente o SNC como oposição, a justificativa das reuniões foi de explicar a defesa do Brasil ao princípio de não intervenção. É destacado também a criação de vias de contato entre os atores, o que pode ser contextualizado pelo avanço dos grupos opositores e pelo aumento de apoio popular a esses grupos no início de 2012, sendo estratégica a abertura para o estabelecimento de vínculo entre o Brasil e possíveis dirigentes da Síria. O texto é curto, e mantém a identificação da fonte de informações em sigilo, mas posiciona taticamente o governo brasileiro em contato com diferentes forças sírias, prezando pela política externa própria.

No mesmo dia, também foi publicado “ONG envia carta ao Itamaraty cobrando ação sobre Síria”, escrito por Carolina Montenegro<sup>34</sup> para o editorial Mundo. A partir de uma estrutura padrão, a notícia aborda a percepção da política externa do Brasil, com a estratégia de questionar a atuação brasileira no conflito sírio. Para isso, os atores mencionados são a organização não governamental Conectas Direitos Humanos (representada pela coordenadora de Política Externa da organização, Camila Asano), o MRE e a ONU (representada principalmente pelo secretário-geral da época, Ban Ki-moon, além do CSNU). Enquanto as citações diretas de Asano servem para negar uma participação efetiva do Brasil para a resolução da crise síria, demandando propostas concretas ao Itamaraty e apoio do ministério em medidas mais rígidas contra as violações de direitos humanos e contra o governo sírio, as citações diretas de Ki-moon são utilizadas para reforçar a necessidade de uma atuação internacional forte.

No entanto, em nenhum momento é citado trechos da carta enviada pela organização, que também havia sido disponibilizada publicamente no *site* do Conectas na época (SÍRIA..., 2012)<sup>35</sup>, de modo que a notícia consegue direcionar as expectativas sobre seu conteúdo a uma

---

<sup>33</sup> “Entre os dissidentes recebidos em almoços na residência oficial estava Riad Seif, membro do CNS e ex-prisioneiro político. Segundo o diplomata, os encontros não significam reconhecimento pelo Brasil do CNS como interlocutor único da oposição síria. Por isso, cobriram todo o leque da oposição” (NINIO, 2012, s.p.).

<sup>34</sup> Carolina Montenegro é formada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, e fez mestrado em Estudos Humanitários pela Universidade de Genebra, tendo como área de interesse migração e refúgio. Foi repórter na Folha de S. Paulo entre 2007 e 2008, e entre 2010 e 2012.

<sup>35</sup> Apesar da notícia ainda estar disponível para consulta, ao clicar especificamente no link da carta aparece uma mensagem de “Página não encontrada”. Ao observar o canal de notícias da Conectas, pode-se observar a presença de críticas e elogios ao posicionamento brasileiro em 2012, de modo que não é possível avaliar se o conteúdo da carta enviada pela organização em si apontava a política externa como inerte. Por exemplo, o Conectas havia demandado maior atuação do Brasil em maio (SILÊNCIO..., 2012) e caracterizado a política externa de direitos humanos como ambígua (AMBIGUIDADE..., 2012). Ainda assim, a organização também reconheceu o “potencial [do RWP] para ser uma contribuição do País ao relevante atual debate sobre uso da força para proteger as vítimas de atrocidades cometidas por seus próprios governos” mediante ao refinamento da proposta

noção negativa sobre a atuação brasileira no conflito sírio. Apesar de não utilizar imagens para ilustrar a gravidade, o último trecho da notícia inclui dados sensíveis sobre a estimativa de vítimas e a classificação de guerra civil pela CICV. A combinação desses fatos na mesma notícia favorece uma percepção coletiva na qual prevalece a inércia na política externa, em referência à contínua defesa do princípio de não intervenção.

Também no dia 25 de julho, outra notícia foi publicada que reitera esse posicionamento brasileiro. Com o recorte da visita de Dilma Rousseff e ministros brasileiros ao Reino Unido, na qual a presidenta se reuniu com o primeiro ministro britânico da época, David Cameron, a notícia “Dilma diz a Cameron ser contra intervenção militar na Síria” é de autoria de Leandro Colon<sup>36</sup> e é dividida em duas partes. Na primeira, a visita é contextualizada em relação aos motivos e à agenda executiva, que não estava direcionada a discussões sobre a Síria especificamente. O tópico é abordado praticamente à parte, no início da reportagem, focando na defesa da não intervenção militar – essa separação se torna mais evidente pela inserção de uma foto de Dilma e Cameron após o fim do trecho que fala sobre o posicionamento brasileiro para iniciar o relato sobre outros assuntos, como os Jogos Olímpicos de 2012, entre outros. Apesar de não ser abordado na notícia, nessa época debatia-se a extensão de observadores não armados da ONU na Síria para implementar o plano de paz de Annan e a possibilidade de impor sanções ao Estado sírio pelo Conselho de Segurança, proposta apoiada pelo Reino Unido e banalizada pelo Brasil (PLOFCHAN, 2014; FIOREZZI, 2019).

A segunda parte da notícia retorna o foco à postura brasileira no conflito sírio, desviando o tópico para a fala da embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Ribeiro Viotti, em debate aberto na Assembleia Geral no dia 25 de julho. São utilizadas diversas citações diretas da embaixadora para demonstrar o reconhecimento da calamidade síria pelo Brasil, e a urgência no cumprimento do plano de paz mediado pela ONU. A estratégia discursiva é enquadrar um alinhamento entre a política externa brasileira e a britânica, ainda que ambos os países tenham posicionamentos divergentes em certos aspectos, principalmente em relação à intervenção estrangeira.

Esse ponto e o encontro entre Dilma e Cameron voltaram a ser tema na reportagem “Em Londres, Dilma reforça que Brasil é contra intervenção na Síria”, também de Leandro Colon no dia 27 de julho. Uma grande diferença entre as notícias é que essa foca

---

(BRASIL..., 2012, s.p.), considerando ainda a opinião de Gareth Evans, responsável por estruturar o conceito de Responsabilidade de Proteger, da importância de complementar o R2P com o RWP (DISCUSSÃO..., 2012).

<sup>36</sup> Leandro Colon é bacharel em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atuou na Folha de S. Paulo entre 2012 e 2022. Nesse período, atuou como correspondente em Londres com reportagens em 25 países, cobrindo inclusive a crise de refugiados entre 2012 e 2015).

verdadeiramente no conflito sírio, sem relatar outros assuntos. Mesmo a divisão da notícia em duas partes serve somente para detalhar melhor as informações sobre a posição brasileira e os fatos recentes da guerra civil. Na primeira seção, um detalhe importante é a citação direta da presidenta sobre a possibilidade do Brasil debater sobre o estabelecimento de sanções internacionais ao governo de Assad, ponto que anteriormente foi negado pela delegação brasileira, tendo se absterido da votação no CSNU em 2011 (FIOREZE, 2019). Também foi inserida uma foto da coletiva de imprensa na qual a declaração foi feita, que induz a uma percepção de segurança no posicionamento externo. Já a segunda seção enfatiza a violência governamental, abordando inclusive a confirmação da posse de armas químicas pelo governo Baath – a possibilidade desse tipo de armamento já havia sido levantada pelas potências ocidentais para justificar uma possível intervenção, além de ter motivado o envio de observadores internacionais para averiguar a questão (BRITANNICA, 2023). Logo, essa confirmação, mesmo que seguida da negação de Assad sobre o uso de armas químicas contra civis, e a exposição da violência das forças oficiais, é uma estratégia para legitimar uma nova fase da política externa brasileira, a qual incluiria ações mais rígidas contra o governo sírio. Isso é mais perceptível ao analisar o conjunto de notícias publicadas no período, que, como visto, apontavam para a necessidade de uma maior atuação do Brasil e já alinhava esse posicionamento com potências ocidentais.

Em junho de 2014, somente uma matéria adequando a parametrização estabelecida foi publicada, sob o título “Análise: Nova fase do confronto sírio mostra que solução é política”. O texto escrito por Fernando Brancoli<sup>37</sup> é uma colaboração especial para o editorial Mundo da Folha, e segue o padrão do *layout* do jornal, sem ser utilizado imagens para ilustrar os fatos apontados. O objeto de discurso é a oportunidade brasileira de atuar como mediador em uma possível negociação política no conflito sírio; tendo como atores principais o Brasil, a Síria e o governante Bashar al-Assad, além de ser citado a Turquia, o Líbano, os Estados Unidos, o Al Qaeda e o Jabhat Fateh al-Sham. Com o uso de uma retórica simples para argumentar que a resolução do conflito sírio se daria por vias políticas e não militares, o que favoreceria uma atuação brasileira como mediador, a estratégia discursiva da notícia é justamente de posicionar

---

<sup>37</sup> Fernando Brancoli possui bacharelado em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas, mestrado em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista. Atua atualmente como Professor Adjunto de Segurança Internacional e de Geopolítica do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como áreas de estudo as relações entre países do Sul Global e a política internacional do Oriente Médio. Na Folha de S. Paulo, atua como jornalista convidado no editorial Mundo.

o Brasil como um ator ativo na Síria, algo que é implicitamente posto como essencial para uma participação ativa no próprio sistema internacional na última frase<sup>38</sup>.

O texto está inserido em um contexto em que a dimensão regional e internacional do conflito ganham força. Particularmente em junho de 2014, os grupos terroristas citados na reportagem, assim como o Daesh, tiveram ganhos territoriais significativos, o que impulsionou ainda mais o debate internacional sobre a Síria. Potências ocidentais e orientais destacaram constantemente a necessidade de impedir mais avanços desses grupos na Síria e nos países vizinhos, tendo os Estados Unidos organizado uma coalizão com Estados árabes para combater o jihadismo<sup>39</sup> na região ainda naquele ano, que foi seguido da repreensão à eventual intervenção militar russa no ano seguinte. Já o regime Baath utilizou a ascensão dos grupos terroristas como uma forma de argumentar a favor do governo de Assad para garantir a estabilidade social e política da Síria (BRITANNICA, 2023). Esse último ponto foi explorado na notícia para justificar uma negociação política e diplomática para o conflito – argumento alinhado com a máxima brasileira de não intervenção. Dessa forma, por mais que não retrate a tentativa de estabelecer o conceito de Responsabilidade ao Proteger, a matéria parte de um dos pilares da política externa brasileira para avaliar oportunidades de aumentar a participação do Brasil no sistema internacional.

De um modo geral, o que pode ser percebido é que nenhuma das matérias trata diretamente sobre o RWP, enfatizando somente princípios da política externa brasileira que sustentam a proposta, notavelmente a defesa da não intervenção. Como já havia sido apontado na seção anterior, os períodos analisados de fato não correspondem aos momentos em que a proposição estava em maior evidência, o que afeta a relevância jornalística. No entanto, a pauta continuava relevante a nível executivo brasileiro. Por exemplo, em 21 de fevereiro de 2012, o ministro Antonio Patriota fez um pronunciamento em debate na ONU:

Não causar danos – esse deve ser o lema daqueles que são obrigados a proteger os civis. [...] Temos de almejar um maior nível de responsabilidade. Uma vítima civil já é uma vítima em demasia. Acredito que os conceitos da “responsabilidade de proteger” e da “responsabilidade ao proteger” devem evoluir juntos, com base em um conjunto acordado de princípios fundamentais, parâmetros e procedimentos (BRASIL..., 2012a, s.p.).

---

<sup>38</sup> “A atuação do país não precisa ser justificada apenas por questões morais: o debate sobre a Síria irá reverberar no sistema internacional por anos – e o Brasil definitivamente precisa participar” (BRANCOLI, 2014, *online*).

<sup>39</sup> O jihadismo vem da derivação do termo árabe *jihad*, entendido para luta pelo Islão. Assim, o jihadismo pode ser considerado uma forma de atuação política para garantir a expansão do islamismo. Contudo, é importante ressaltar que utiliza-se de violência como meio de ação, justificada pela moral religiosa (DUARTE, 2011)..

Já no dia 25 de setembro de 2012, na abertura da AGNU, a então presidenta Dilma Rousseff se manifestou da seguinte forma:

Não podemos permitir que este Conselho seja substituído – como vem ocorrendo – por coalizões que se formam à sua revelia, fora de seu controle e à margem do direito internacional. O uso da força sem autorização do Conselho, uma clara ilegalidade, vem ganhando ares de opção aceitável. Mas, senhor Presidente, definitivamente, não é uma opção aceitável. O recurso fácil a esse tipo de ação é produto desse impasse que imobiliza o Conselho. Por isso, ele precisa urgentemente ser reformado. O Brasil sempre lutará para que prevaleçam as decisões emanadas da ONU. Mas queremos ações legítimas, fundadas na legalidade internacional. Com esse espírito, senhor presidente, defendi a necessidade da “responsabilidade ao proteger” como complemento necessário da “responsabilidade de proteger” (BRASIL..., 2012b, s.p.).

Assim, é possível questionar por que o período de maior noticiamento da Folha sobre a atuação brasileira não incluiu direta ou indiretamente o que foi a maior proposta do Brasil no contexto da guerra síria. A consolidação de um novo princípio normativo demonstraria o poder simbólico no sistema internacional e sua capacidade de atuar como uma liderança regional e global, ou seja, apoiaria o interesse nacional do Brasil.

Ainda, ao analisar o discurso das notícias é possível notar uma lógica pouco coesa entre elas. A maior parte indica que o Brasil está participando ativamente das negociações internacionais para a proposição da paz, relacionando com o princípio de intervenção externa, porém algumas indicam que deveria ampliar essa atuação de acordo com os valores humanitários e a relevância do país. Em relação ao direcionamento das relações multilaterais, é possível considerar um alinhamento com a política externa do Brasil, uma vez que prevalece um tom pouco neutro entre as relações Norte-Sul e Sul-Sul, havendo uma leve inclinação para priorizar a diplomacia com as potências ocidentais e apoiar a retirada de Assad do poder como resolução da Guerra Civil da Síria. No que tange especificamente à pergunta deste trabalho, a partir da pesquisa quanti-qualitativa não é possível afirmar que o jornalismo nacional, representado aqui pela Folha de S. Paulo, legitimou o conceito de Responsabilidade ao Proteger ou a política externa autônoma.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 06 de março de 2011, teve início a Guerra Civil da Síria, ainda como protesto popular; no dia 21 de setembro de 2011, foi apresentado pela primeira vez o conceito de Responsabilidade ao Proteger, proposta brasileira para o estabelecimento de um novo princípio normativo para orientar casos de intervenção externa. Até a escrita desta monografia, somente o primeiro desses fatos ainda é relevante atualmente para o sistema internacional.

O conflito sírio foi e continua a ser um complexo cenário que envolve tensões internas e externas. O reconhecimento das dimensões locais, regionais e internacionais é imprescindível para entender o jogo de interesses aplicado à guerra. O interesse brasileiro, construído a partir da sua identidade internacional pautada pela abertura externa autônoma e ativa, consistia no fortalecimento da imagem coletiva do Brasil, a fim de ocupar um papel de liderança no sistema internacional. Ao propor um princípio normativo, que iria moldar as práticas das relações diplomáticas, o país também conseguiria influenciar as concepções sobre as competências brasileiras, possibilitando um melhor resultado na concretização do interesse nacional (BENNER, 2013; MESQUITA, 2016). Por isso, é defendido neste trabalho que o RWP deve ser reconhecido como a principal política externa brasileira no recorte temporal de 2011 e 2014, pelas possibilidades de ampliar o poder do Brasil, ainda que esteja contextualizado também dentro da dimensão global da Guerra Civil da Síria.

Pelo destaque da Responsabilidade ao Proteger dentro da identidade internacional do país, foi considerado que o seu desenvolvimento – sendo talvez mais acurado falar em estagnação – não pode ser explicado somente pela insurgência de outros fatores em âmbito doméstico e externo, devendo-se ponderar sobre a forma que a proposta da delegação brasileira foi apresentada. Mais especificamente, foi escolhido o estudo da interação mídia-política externa visto a atuação do jornalismo no direcionamento e na legitimação da política internacional de um Estado, ao moldar a percepção coletiva a ações internacionais por meio da diplomacia midiática. Ao analisar modelos dessa relação é destacado o Efeito CNN e o Efeito Al Jazeera, tendo como diferença mais significativa a meta-relação entre o objeto (política externa) e o discurso jornalístico: enquanto os valores e a ideologia difundida pelo discurso daquele reforçam perspectivas hegemônicas que beneficiam potências do Norte, este propõe um ponto de vista contra-hegemônico priorizando o Sul global (GILBOA; SEIB, 2008, 2012) – o que estaria de acordo com a identidade internacional e o interesse nacional do Brasil.

Ainda que os nomes dos efeitos citados enfatizem jornais específicos, é possível transpor o conceito para outros jornais com alcance e níveis de cobertura similares. Entretanto,



não é possível argumentar que a Folha de S. Paulo propôs um discurso jornalístico independente, alinhado ao Efeito Al Jazeera. A partir dos resultados pode-se perceber que, apesar de uma quantidade considerável de material sobre a guerra síria, a maioria significativa das notícias não são produzidas pela Folha. Assim, há uma maior difusão de percepções criadas por agências de notícias – teoricamente mais imparciais – e por jornais internacionais/multinacionais.

Além disso, das notícias que são escritas por jornalistas da Folha de S. Paulo, uma quantidade ainda menor trata especificamente da atuação brasileira no conflito civil da Síria. A análise crítica do discurso jornalístico demonstra que, no período de mais e menos reportagens do tópico, a Responsabilidade ao Proteger não foi mencionada, o que pode ser interpretado como uma forma de deslegitimar a proposta brasileira. O que pôde ser observado é uma tendência de priorizar relações com o Norte pela forma e pelo conteúdo das notícias, junto com um foco no princípio de não intervenção defendido pelo Brasil. Esse alinhamento é interessante ao considerar que as potências ocidentais argumentaram e, eventualmente, de fato interferiram diretamente na guerra síria, aspecto em conflito com os ideais e os valores culturais, políticos e institucionais do Brasil, dificultando a formulação da concepção das competências e das expectativas de práticas consistentes que poderiam favorecer a política externa brasileira.

Em conjunto, os pontos levantados indicam que o jornalismo nacional – representado pela Folha de S. Paulo – não legitimou o princípio da Responsabilidade ao Proteger, sem o reconhecer como uma relevante política externa, o que prejudicou a consolidação da identidade internacional autônoma e proativa do Brasil, afetando assim o interesse nacional. Novamente, reitera-se que há outros motivos para explicar as falhas no estabelecimento do RWP, porém ao analisar especialmente a forma como o jornalismo nacional relatou a institucionalização dessa proposta brasileira, é possível argumentar que houve a deslegitimação da política externa. Logo, ao retomar a hipótese deste trabalho, há uma conclusão mista: foi de fato identificada uma baixa repercussão do RWP pela Folha de S. Paulo, mas a análise crítica do discurso desse tópico em específico não foi feita, respeitando a proposta inicial de analisar os meses com mais e com menos notícias entre 2011 e 2014. Não foi realizada a mudança deste parâmetro pois foi considerado que o fato da época com maior matérias envolvendo o Brasil e a Guerra Civil da Síria não tratar sobre a RWP já indicava uma desqualificação da política externa brasileira.

Em relação às perspectivas futuras da pesquisa, há muitas possibilidades. É possível expandir o período delimitado para a análise qualitativa, incluindo, por exemplo, os meses nos quais a proposta da Responsabilidade ao Proteger estivesse em mais evidência (setembro de 2011 e de 2012, em ocasião da abertura das sessões da Assembleia Geral em cada ano), de

modo a ter dados mais diretos sobre o tema para testar a hipótese. Também é concebível incluir o estudo de outros jornais nacionais para o mesmo propósito, conforme o nível de circulação que foi apresentado no segundo capítulo. Outro ponto interessante é a incorporação da triangulação entre mídia-política externa-opinião pública. Esse último ponto não foi aprofundado nesta pesquisa, mas reconhece-se o peso desse aspecto para a tomada de conclusões sobre a pergunta, a hipótese e os dados trabalhados. Por fim, e talvez mais importante, seria o desenvolvimento de um modelo de interação mídia-política externa voltado para a realidade construída pelos jornais brasileiros e pelo próprio Brasil, que possibilite uma melhor compreensão dos fenômenos midiáticos e seus efeitos para o país. Afinal, a perspectiva, os valores, os interesses do Brasil devem prevalecer de alguma forma – se não pelo discurso jornalístico, pelo modo que ele será analisado.

## REFERÊNCIAS

ABDO, Cláudio; CABECINHAS, Rosa; BRITES, Maria José. Crise migratória na Europa: os media e a construção da imagem dos refugiados. *In: COMUNIDADES, PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO. VI JORNADAS DOUTORAIS, COMUNICAÇÃO & ESTUDOS CULTURAIS*, 1., 2019, Porto. **Atas [...]** Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2019. p. 71-83. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/3049](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3049). Acesso em: 24 fev. 2023.

ABUKHALIL. As`ad. How the Saudi-Qatari Rivalry Has Fueled the War in Syria. **The Intercept**, online, jun. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/06/29/syria-war-saudi-arabia-qatar/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ADLER, Emmanuel. Constructivism and International Relations. *In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. The Handbook of International Relations*. London: Sage Publications Inc., 2002. p. 127-158.

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Barra Funda, v. 47, n.1, ago. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella R. Halfeld. O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. **Revista Internet & Sociedade**, Online, n. 1, v. 1, p. 144-171, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

AMBIGUIDADE marca a política externa de direitos humanos no primeiro ano do governo Dilma. **Conectas**, online, 27 mar. 2012 Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/ambiguidade-marca-a-politica-externa-de-direitos-humanos-no-primeiro-ano-do-governo-dilma/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política Externa após a Redemocratização: Tomo I - 1985-2002**. Brasília: Funag, 2012<sup>a</sup>.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política Externa após a Redemocratização: Tomo II - 2003-2010**. Brasília: Funag, 2012<sup>b</sup>.

BELÉM, Euler de França.IVC: Circulação média diária de O Popular em 2013 não chegou a 32 mil exemplares. **Jornal Opção**, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/ivc-circulacao-media-diaria-de-o-popular-em-2013-nao-chegou-32-mil-exemplares-15159/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BENNER, Thorsten. **Brazil as a norm entrepreneur: the ‘Responsibility while protecting’ initiative**. Berlin: Global Public Policy Institute, 2013. Disponível em: [/https://www.gppi.net/media/Benner\\_2013\\_Working-Paper\\_Brazil-RWP.pdf](https://www.gppi.net/media/Benner_2013_Working-Paper_Brazil-RWP.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRANCOLI, Fernando. Análise: Nova fase do confronto sírio mostra que solução é política. **Folha de S. Paulo**, Mundo, 06 jun. 2014. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1464111-analise-nova-fase-do-confronto-sirio-mostra-que-solucao-e-politica.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL precisa aprofundar conceitos e posições expressas por Dilma na ONU. **Conectas**, online, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/brasil-precisa-aprofundar-conceitos-e-posicoes-expressas-por-dilma-na-onu/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2011-2013: Antonio Patriota). Discurso por ocasião do debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. Nova Iorque, 21 fev. 2012<sup>b</sup>. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-protoger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-protoger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012). Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Rousseff). Discurso por ocasião da abertura da 67<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 25 set. 2012<sup>b</sup>. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 3-23, abril 1991. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/883/820>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise Financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 1, p. 133-149, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/tHJCHqqqHjVP47TyfqjsgF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRITANNICA. Syrian Civil War. **Encyclopedia Britannica**, 5 Jan. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BURKE, Jason. Al Qaeda. **Foreign Policy**, New York, v. 142, n. 3, p. 18-26, maio/jun. 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4147572>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARVALHO, Anabela. Media(ted) Discourse and Society. **Journalism Studies**, Online v. 9, n. 2, p. 161-177, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700701848162>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e . Construindo Pontes? O Brasil diante da Primavera Árabe. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000400018>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CENTER FOR DISASTER PHILANTHROPY (CDP) Syria Humanitarian Crisis. **Center for Disaster Philanthropy**, online, 2023. Disponível em: <https://disasterphilanthropy.org/disasters/syria-humanitarian-crisis/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. A Cúpula América do Sul-Países Árabes: um balanço. **Meridiano**, Brasília, v. 47, n. 58, p. 2-4, maio 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2097/1854>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2011.

CIRCULAÇÃO de jornais cresceu em 3,5% em 2011. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,circulacao-de-jornais-cresceu-3-5-em-2011-imp-,828615>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COBAN, Filiz. The Role of the Media in International Relations: From the CNN Effect to the Al –Jazeera Effect. **Journal of International Relations and Foreign Policy**, Madison, v. 4, n. 2, p. 45-61, 2016. Disponível em: <http://jirfp.com/vol-4-no-2-december-2016-abstract-3-jirfp>. Acesso em: 13 set. 2022.

CORNETET, João Marcelo Monte. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, jun./ jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COUTINHO, Emílio. Quais são os jornais de maior circulação no Brasil?. **Casa dos Focas**, online, 2013. Disponível em: <https://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DA CRIAÇÃO do jornal ao futuro digital; veja 9,5 marcos da história da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DATOR, James A.; SWEENWY, John A.; YEE, Aubrey M. **Mutative Media**: Communication Technologies and Power Relations in the Past, Present and Futures. Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer Cham, 2015.

DIAS, André Bonsanto. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 472-494, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253472>. Acesso em: 29 nov. 2022.

DIGITAL melhora, mas circulação de jornais ainda é menor do que em 2014. **Poder 360**, online 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/digital-melhora-mas-circulacao-de-jornais-ainda-e-menor-do-que-em-2014/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

DISCUSSÃO sobre o ‘uso da força’ marca Colóquio de 2012. **Conectas**, online, 16 out. 2012. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/discussao-sobre-o-uso-da-forca-marca-coloquio-de-2012/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DUARTE, Felipe. Jihadismo global : a (in)coerência de uma estratégia de subversão?. **Instituto da Defesa Nacional - Revista Nação e Defesa**, Lisboa, v. 128, n. 5, p. 215-243, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/4751>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ENTENDA quem apoia quem na guerra na Síria, que envolve Turquia, Rússia e EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/entenda-quem-apoia-quem-na-guerra-na-siria-que-envolve-turquia-russia-e-eua.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FIOREZE, Rafaela. The Brazilian Position in the United Nations on the Situation in Syria (2011): a perspective from Brazil’s foreign policy under Dilma Rousseff. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, João Pessoa, v. 9, n. 17, p. 102-117, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/51301/34843>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Folha de S. Paulo, Conheça o Grupo Folha. **Folha de S. Paulo**. 2022a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Folha de S. Paulo, História da Folha. **Folha de S. Paulo**. 2022b. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 23 nov. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Folha de S. Paulo, Sobre A Folha. **Folha de S. Paulo**. 2022c. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml). Acesso em: 22 nov. 2022.

GILBOA, Eytan. The CNN Effect: The Search for a Communication Theory of International Relations. **Political Communication**, London, v. 22, n. 1, p. 27-44, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10584600590908429>. Acesso em: 13 set. 2022.

GILBOA, Eytan. Media Diplomacy. In: DONSBACH, Wolfgang (ed.). **The International Encyclopedia of Communication**. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing Ltd, 2008. p. 2852-2857.

GILBOA, Eytan *et al.* Moving media and conflict studies beyond the CNN effect. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 42, n. 4, p. 654-672, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S026021051600005X>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUERLENDIA, Nádia. Patriota diz ainda acreditar em saída diplomática na Síria. **Folha de S. Paulo**, Mundi, 10 jul. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/07/1117976-patriota-diz-ainda-acreditar-em-saida-diplomatica-na-siria.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). Syria: events of 2021. **Human Rights Watch**, online, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/syria#634b1d>. Acesso em: 24 fev. 2023.

HURD, Ian. Constructivism. *In*: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford Handbook of International Relations**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 298-313.

HUSSAIN, Nazir. The Syrian Crisis and Regional Order in the Middle East. **Pakistan Horizon**, v. 66, n. 4, p. 39-51, out. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24711514>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JACKSON, Robert; SØRENSEN. **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KHAN, Hafeez Ullah; KHAN, Waseem. Syria: History, The Civil War and Peace Prospects. **Journal of Political Studies**, Laore, v. 24, n. 2, p. 557-573, 2017. Disponível em: [http://pu.edu.pk/images/journal/pols/pdf-files/18\\_24\\_2\\_17.pdf](http://pu.edu.pk/images/journal/pols/pdf-files/18_24_2_17.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIVINGSTON, Steven. Clarifying the CNN Effect: An Examination of Media Effects According to Type of Military Intervention. **Shorenstein Center Research Paper Series**, Cambridge, 1997. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/37371065>. Acesso em: 20 set. 2022.

LYNCH, Marc. Introduction. *In*: LYNCH, Marc (ed.). **The Arab Uprisings Explained: new contentious politics in the Middle East**. New York: Columbia University Press, 2014. p. 1-28.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). Glossário. **Médicos Sem Fronteiras**, online, 2023. Disponível em: <https://guiadefontes.msf.org.br/termo/conflito-armado-nao-internacional/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MENEM, Issam Rabih. O Oriente Médio na na Agenda Brasileira de Cooperação Sul-Sul (2000-2020). **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 58-72, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/72917>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MESQUITA, Rafael. A Identidade Internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 5-31, 2016. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/496/325>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NINIO, Marcelo. País abre 'canal de diálogo' com a oposição síria. **Folha de S. Paulo**, Antakya, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/07/1125411-pais-abre-canal-de-dialogo-com-a-oposicao-siria.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

NYE, Joseph. Soft Power. **Foreign Policy**, Washington, v. 80, n. 1, p. 153-171, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1148580>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do Candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

PHILLIPS, Christopher. The International and Regional Battle for Syria. *In*: HINNEBUSCH, Raymond; SAOULI, Adham. **The War for Syria: Regional and International Dimensions of the Syrian War**. London: Rotledge - Taylor and Francis Group, 2020. p. 37-49.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PLOFCHAN, Thomas. Timeline: Syrian Civil War. **The Cairo Review of Global Affairs**, Cairo, v. 13, n. 1, p. 125-132, 2014. Disponível em: <https://www.thecairoreview.com/timelines/syrian-civil-war/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

POWERS, Shawn. The Origins of Aljazeera English. *In*: SEIB, Phillip (ed.). **Al Jazeera English: global news in a changing world**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 187-198.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>. Acesso em: 17 ago. 2022.

RAUTA, Vladimir. 'Proxy War' - A Reconceptualisation. **Civil Wars**, online, v. 23, n.1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13698249.2021.1860578>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RICHMOND, Oliver. Formação da paz e infraestruturas locais para a paz. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 73-89, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi:10.5102/uri.v11i2.2535>. Acesso em: 16 jan. 2023.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROBINSON, Piers. **The CNN Effect: the myth of news, foreign policy and intervention**. London: Taylor and Francis e-Library, 2002.

ROBINSON, Piers. The CNN Effect Revisited. **Critical Studies in Media Communication** v. 22, n. 4, p. 344/349, out. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/248925481\\_The\\_CNN\\_effect\\_revisited](https://www.researchgate.net/publication/248925481_The_CNN_effect_revisited). Acesso em: 13 set. 2022.

ROBINSON, Piers; SEIB Phillip; FRÖHLICH, Romy. Conclusion: looking ahead. *In*: ROBINSON, Piers; SEIB Phillip; FRÖHLICH, Romy (eds.). **Routledge Handbook of Media, Conflict and Security**. Abingdon: Routledge, 2017. p. 334-340.

SAID, Edward. **Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world**. New York: Vintage Books, 1981.



SCHMIDT, Brian C. On the History and Historiography of International Relations. *In*: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **The Handbook of International Relations**. London: Sage Publications Inc., 2002. p. 6-29.

SEIB, Phillip. Conclusion: AJE in the World. *In*: SEIB, Phillip (ed.). **Al Jazeera English: global news in a changing world**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 187-198.

SEIB, Philip. **The Al Jazeera Effect: how the new global media are reshaping world politics**. Washington, DC: Potomac Books Inc., 2008.

SIEBENS, James; CASE; Benjamin. **The Libyan Civil War: Context and Consequences**. [S.l.]: THINK International and Human Security, 2012.

SILÊNCIO não é opção: Brasil deve ser mais veemente na condenação dos massacres na Síria. **Conectas**, online, 31 maio 2012. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/silencio-nao-e-opcao-brasil-deve-ser-mais-veemente-na-condenacao-dos-massacres-na-siria/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa do Brasil. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, Berlim v. 2, n.1, p. 1-26, 2020. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SÍRIA: Itamaraty deve ser mais propositivo. **Conectas**, online, 24 jul. 2012. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/siria-itamaraty-deve-ser-mais-propositivo/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SPOHR; Alexandre. ANDRIOTTI; Luiza; SOARES, Josuá Gihad. A Situação dos Curdos na Turquia e no Iraque: uma análise comparativa. *Revista Perspectiva*, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 95-108, fev./mar. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/issue/view/2604>. Acesso em: 06 jun. 2022.

STUENKEL, Oliver. O Brasil como articulador de normas: a Responsabilidade ao Proteger. *In*: HAMMAN, Eduarda P.; MUGGAH, Robert (orgs.). **A Implementação da Responsabilidade de Proteger: novos rumos para a paz e segurança internacional?**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2013.

THOMPSON, Allan. The New Media and International Relations: experience and the media reality. **Canadian Journal of Communication**, Canada, v. 13, n. 1, p. 39-54, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.22230/cjc.1987v13n1a440>. Acesso em: 14 ago. 2022.

TOLOTTI, Rodrigo. Da esquerda europeia a China e Rússia: a reação de 9 países ao impeachment de Dilma. **Infomoney**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/da-esquerda-europeia-a-china-e-russia-a-reacao-de-9-paises-ao-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). Resolution 60/1 (2005), A/RES/60/1 (2005), 16 sep. 2005. Disponível em: <https://documents-dds->

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/270/78/PDF/N0527078.pdf?OpenElement. Acesso em: 27 jan. 2023.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 79-92.

WACHHOLTZ, Matheus Ferreyra. A política externa “ativa” e “altiva” do Brasil frente aos conflitos na Líbia e na Síria: desafiando o “cerco hegemônico”. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 25-40, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/16972>. Acesso em: 28 fev. 2023.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 390-425, Cambridge, Spring, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706858>. Acesso em: 15 jan. 2023.

WODAK, Ruth; BUSCH, Brigitta. Approaches to Media Texts. Approaches to media texts. *In*: DOWNING, John *et al* (eds.) **Handbook of Media Studies**. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage, 2004. p. 105-123.

ZANINI, Fábio. Folha retoma slogan 'Um jornal a serviço do Brasil'. **Folha de S. Paulo**, online, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/10/folha-retoma-slogan-um-jornal-a-servico-do-brasil.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2023.

## APÊNDICE A - RELAÇÃO DE NOTÍCIAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DE DISCURSO

**Tabela 1 - Notícias sobre política externa brasileira no contexto da Guerra Civil da Síria escritas pela Folha em julho de 2012 e de 2014**

<b>Notícia</b>	<b>Período</b>
Ao lado de Putin, Dilma condena 'escalada de conflitos' no planeta	Julho/2014
Patriota diz ainda acreditar em saída diplomática na Síria	Julho/2012
Brasil condena massacre em vilarejo na Síria	Julho/2012
Itamaraty se prepara para a retirada de brasileiros da Síria	Julho/2012
Diante da violência, mais sírios têm buscado o Brasil	Julho/2012
Por temor de violência, Brasil retira diplomatas da Síria	Julho/2012
Situação na Síria se deteriora e é imprevisível, diz Patriota	Julho/2012
Governo retirará brasileiros da Síria caso necessário, diz Presidência	Julho/2012
Brasil avaliou por 7 meses retirada de embaixador da Síria	Julho/2012
País abre 'canal de diálogo' com a oposição síria	Julho/2012
ONG envia carta ao Itamaraty cobrando ação sobre Síria	Julho/2012
Dilma diz a Cameron ser contra intervenção militar na Síria	Julho/2012
Em Londres, Dilma reforça que Brasil é contra intervenção na Síria	Julho/2012